



## MESA DA ASSEMBLEIA

Presidente: Deputado Dinis Pinheiro  
1º-Vice-Presidente: Deputado Ivair Nogueira  
2º-Vice-Presidente: Deputado Hely Tarquínio  
3º-Vice-Presidente: Deputado Adelmo Carneiro Leão  
1º-Secretário: Deputado Dilzon Melo  
2º-Secretário: Deputado Neider Moreira  
3º-Secretário: Deputado Alencar da Silveira Jr.

## SUMÁRIO

### 1 - CONCURSO PÚBLICO

### 2 - ATAS

2.1 - 4ª Reunião Especial da 4ª Sessão Legislativa Ordinária da 17ª Legislatura – Destinada a comemorar o centenário do nascimento do Sr. Evaristo Soares de Paula

2.2 - Reunião de Comissões

### 3 - ORDENS DO DIA

3.1 - Plenário

3.2 - Comissões

### 4 - EDITAIS DE CONVOCAÇÃO DE REUNIÃO

4.1 - Plenário

4.2 - Comissões

### 5 - PRONUNCIAMENTOS REALIZADOS EM REUNIÃO ANTERIOR

### 6 - MATÉRIA ADMINISTRATIVA

### 7 - ERRATA



## CONCURSO PÚBLICO

### Concurso Público

#### AVISO

A Comissão de Coordenação e Supervisão do Concurso Público de que trata o Edital nº 1/2013 esclarece que a Fumarc, por questões de ordem técnica, encaminhou, no dia 14 de março, a todos os candidatos aprovados na primeira etapa do concurso para as diversas especialidades, e-mail informando sobre a disponibilização do Cartão de Informação da segunda etapa do certame. Aqueles e-mails deveriam ter sido encaminhados exclusivamente para os candidatos convocados para segunda etapa em virtude de sua aprovação e classificação até os limites estabelecidos nos termos do item 9.4 e da Tabela IV do Edital e conforme publicações no Diário do Legislativo de 1º e 13 de março de 2014. Solicita portanto aos demais candidatos aprovados na primeira prova mas que não se enquadram nas condições da convocação para a segunda etapa que desconsiderem o e-mail mencionado.



## ATAS

### ATA DA 4ª REUNIÃO ESPECIAL DA 4ª SESSÃO LEGISLATIVA ORDINÁRIA DA 17ª LEGISLATURA, EM 13/3/2014

#### Presidência do Deputado Sávio Souza Cruz

Sumário: Comparecimento – Abertura – Ata – Destinação da Reunião – Composição da Mesa – Registro de Presença – Execução do Hino Nacional – Palavras do Deputado Fred Costa – Entrega de Placa – Palavras do Sr. Evandro Guimarães de Paula – Palavras do Presidente – Encerramento.

#### Comparecimento

– Comparecem os deputados:

Duarte Bechir - Fred Costa - Sávio Souza Cruz.

#### Abertura

O presidente (deputado Sávio Souza Cruz) – Às 20h15min, declaro aberta a reunião. Sob a proteção de Deus e em nome do povo mineiro, iniciamos os nossos trabalhos. Com a palavra, o 2º-secretário para proceder à leitura da ata da reunião anterior.

#### Ata

– O deputado Duarte Bechir, 2º-secretário *ad hoc*, procede à leitura da ata da reunião anterior, que é aprovada sem restrições.

#### Destinação da Reunião

O locutor – Destina-se esta reunião a comemorar o centenário do nascimento do Sr. Evaristo Soares de Paula.

### **Composição da Mesa**

O locutor – Convidamos a tomar assento à Mesa os Exmos. Srs. Evandro Guimarães de Paula, filho do homenageado; José Alves Viana, conselheiro do Tribunal de Contas do Estado; Virgílio Guimarães, ex-deputado desta Casa; e deputado Fred Costa, autor do requerimento que deu origem a esta homenagem.

### **Registro de Presença**

O locutor – Gostaríamos de registrar a presença dos Exmos. Srs. Arthur Lopes Filho, ex-presidente da Associação Comercial de Minas; Carlos Calazans, coordenador de órgãos federais mineiros; e Cel. Paulo Rubens Pereira Diniz, presidente do Conselho de Oficiais da Reserva do Exército. Saudamos também, naturalmente, os demais familiares e amigos do homenageado.

### **Execução do Hino Nacional**

O locutor – Convidamos os presentes a ouvir o Hino Nacional.

– Procede-se à execução do Hino Nacional.

### **Palavras do Deputado Fred Costa**

Peço licença aos presentes para utilizar a tribuna. Exmo. Sr. Deputado Sávio Souza Cruz, representando o presidente da Assembleia Legislativa do Estado de Minas Gerais, deputado Dinis Pinheiro, agradeço a V. Exa. por atender meu convite para presidir esta solenidade. Eu o fiz não só pelo apreço, estima e admiração que tenho pelo senhor, mas também em razão de sua relação e vínculo com a família e com a cidade de nosso homenageado.

Cumprimento o Sr. Evandro Guimarães de Paula, filho do homenageado, assim como o Exmo. Doutor Viana, dileto amigo e conselheiro do Tribunal de Contas do Estado de Minas Gerais, homem que tem vasta carreira de relevantes serviços públicos prestados, em consequência, a nós cidadãos. Começou no Legislativo, em Curvelo, como vereador e prefeito. Tive a oportunidade de conviver com ele e aprender muito.

Exmo. ex-Deputado Virgílio Guimarães, permita-me contar uma breve história. Em 2004, quando eu tinha 26 anos, disputei minha primeira eleição para vereador em Belo Horizonte. Tive a sorte de ser eleito em penúltimo lugar, e fui à câmara exercer o meu primeiro mandato. Tenho o hábito de perguntar demais. Em um dos meus primeiros dias naquela casa legislativa, ao lado de vários pares, vereadores, todos eles invariavelmente mais experientes que eu no exercício ou na idade, perguntei: qual é o vereador mais competente que por aqui passou? Não hesitaram em citar – e me lembro bem – o nome do falecido Serginho Ferrara. Disseram: “Nossa, aqui já passaram tantos homens competentes!”. E lembraram-se de mais alguns: o também falecido Padre João, Arutana e outros tantos. Até que afirmaram: “porém, não houve nenhum tão inteligente como Virgílio Guimarães”.

Então quero aqui felicitá-lo e dizer também que seu legado tem sido dignificado pelo seu filho, que infelizmente não se faz presente, mas fez questão, no auge de sua delicadeza e conforme a boa educação inerente à família, de me ligar justificando sua ausência. Não veio, mas está aqui muito bem representado.

Por último, cumprimento as senhoras e os senhores, na pessoa da Vanessa Lima, entusiasta que colaborou para que esta noite estivéssemos aqui reunidos.

Permito-me fazer aqui um relato sobre a minha vida. Mesmo completando três anos e um mês de mandato como deputado estadual, ainda não o fiz utilizando a tribuna. Falei aqui sobre a minha primeira eleição. Desde a minha infância, gozava de um hábito não muito comum: colecionar santinhos e assistir ao horário eleitoral. As crianças brincavam e viam televisão, isso era natural. Na época, utilizava-se fita cassete, fita de vídeo. Eu pedia aos meus pais para assistir ao programa eleitoral. Meu pai, embora não fosse político, foi concursado nesta Casa. Aqui, tinha como função, na Consultoria, redigir discursos. Eu, então, pedia para vir aqui e ficava brincando pelos corredores. Sempre dizia a ele que gostaria de um dia estar aqui como deputado.

Quis a história que eu aqui estivesse, e hoje faço este discurso de uma forma diferente, pela primeira vez. Diz o ditado: “casa de ferreiro, espeto de pau”. Sempre procurei fazer meus discursos sem utilizar qualquer tipo de referência redigida, principalmente por terceiros. Porém tive o cuidado de ler a obra, o livro escrito pela esposa do nosso homenageado. Por uma indelicadeza da minha parte, meu exemplar está todo grifado e marcado.

Portanto, peço-lhes licença para me utilizar de inúmeras referências e passagens não só desta obra, mas também de anotações por mim elaboradas para tentar lembrar um pouquinho dessa magnífica história coroada de êxito. Iniciarei com uma frase extraída da própria obra, de D. Enny, que homenageia o seu marido. Ela disse: “Evaristo deixou uma vida rica, uma história edificante e muita saudade”. Esse é motivo – tenho certeza – da presença de cada um de vocês nesta noite.

Reportando-me ao distante passado, 1913, data de seu nascimento, quero lembrar que, naquela oportunidade, as coisas eram bem diferentes. Naquele ano, houve a inauguração da primeira linha de montagem industrial, realizada pelo empresário Henry Ford. Naquele época, nascia, em Curvelo, mais precisamente no dia 29 de dezembro, Evaristo Soares de Paula. Apenas com um mês de vida, algo praticamente incompreensível para a atualidade e sobretudo para os grandes centros, foi levado para a fazenda de sua família. Na infância, corria, brincava, subia em árvores, levava uma vida feliz, cercada de bons hábitos. Curtia intensamente a vida na fazenda, o que era o prenúncio de uma de suas paixões e aptidões e o que seria o seu futuro: um pecuarista de sucesso e visionário, confundindo sua história com a da agropecuária do nosso país. Sendo um grande criador de gado gir, foi pioneiro em expandir a excelência da raça. Notabilizou-se por ser o criador do gado gir eva.

Conhecido e consagrado internacionalmente pelo seu alto padrão técnico-científico, detentor de prodigiosa inteligência, tornou-se bacharel em direito pela Faculdade de Direito da Universidade Federal do Estado de Minas Gerais. Com sua auspiciosa capacidade, o Dr. Evaristo, já consagrado como criador, também foi um dos fundadores do Banco Mercantil de Minas Gerais, que deu origem ao Banco Mercantil do Brasil.

Ainda como produtor, conforme relatado no livro que leva o seu nome, certa vez recebeu um pedido de um fazendeiro americano, solicitando-lhe três safras de produção. Surpreendentemente Evaristo não fez o negócio. Todos ficaram estupefatos, porém ele preferiu vender, por menos, para criadores brasileiros. Quando questionado pela esposa, afirmou: “Estou investindo no futuro, para meus netos e jovens que estão chegando e serão, com certeza, a grandeza do nosso país”.



Com esse senso de patriotismo e capacidade singular, prestou relevantes serviços na área pública, tendo sido prefeito de sua amada Curvelo, de 1962 até 1966. Mostrando ser um idealista, foi definido por sua cônjuge, na política, como um homem de muita ação e pouca retórica. E, como não poderia deixar de ser, após o mandato no Executivo Municipal, sua inata vocação foi aproveitada para servir como secretário de Estado de Agricultura, tendo marcado sua passagem com a implantação da estrutura de mecanização agrícola e a compra de tratores Fiat, o que acabou por propiciar a importante instalação da empresa em Minas Gerais, mais especificamente no Município de Betim, justificando ainda mais outra afirmação de sua amada: “Suas obras permanecem para glorificar o seu nome, enaltecer a sua vida e ser um exemplo para as novas gerações”.

E, remetendo, então, a herdeiros, não poderia passar despercebido, neste momento, o tão valorizado instituto da família. Ele teve como companheira, por 50 anos, Enny Guimarães de Paula, já citada algumas vezes por mim. Escritora, integrante da Academia Mineira de Letras, pioneira nas obras sociais em Curvelo, foi também a fundadora do Grupo de Terceira Idade na mesma cidade. Mãe com o coração prodigioso, amor inerente à condição, definiu, na sua dedicatória da obra, seu sentimento para com os oito filhos: “Muito amados, dons divinos nesta presente existência, com meu orgulho e amor”.

Essa meritória história de vida acabou gerando inúmeras homenagens: melhor criador de gado gir, Medalha de Honra da Inconfidência, Medalha Venceslau Brás, Medalha do Mérito Agrícola Nacional, Brasão da Escola Superior de Guerra, Medalha do Mérito Pecuário, diploma Homem de Visão, entre tantas outras. E hoje, com regozijo, em nome da Assembleia Legislativa do Estado de Minas Gerais, concedo esta justa homenagem a toda a família, amigos e admiradores.

Para terminar, lembro-me de um dileto amigo, guru, fonte inspiradora, pessoa que está para mim tal qual um pai: Pe. João Emílio. Há aproximadamente cinco anos, falou comigo: “Fred, você já está ficando com a idade avançada, está na hora de casar, mas, por favor, não me venha com qualquer uma, arrume uma mulher que trabalhe, tenha fé e valorize a família”.

Mais uma vez, me reporto ao livro. Na razão de fazer, D. Enny justifica, com esses três atributos que se tem e outras qualificadas características, sua admiração mais uma vez. A fé, o dinamismo e a coragem de Evaristo sempre me fascinaram; toda a sua vida feita de trabalho, com jeito de servir, de viver para a família, os amigos e a pátria. Dessa forma, esse que foi imortalizado no gado gir eva, deixa seu legado para os criadores, políticos, empresários, amigos, mas principalmente para sua família. Parabéns a todos vocês que fizeram parte dessa brilhante história coroada de êxito.

#### **Entrega de Placa**

O locutor – Neste instante, o deputado Sávio Souza Cruz, representando o deputado Dinis Pinheiro, presidente da Assembleia Legislativa, fará a entrega ao Sr. Evandro Guimarães de Paula, filho do homenageado, de placa alusiva a esta homenagem. A placa a ser entregue contém os seguintes dizeres: “Evaristo Soares de Paula se definia como vaqueiro. Modéstia desse criador de gado cujo nome é referência na pecuária mineira e nacional. Foi pioneiro na aplicação de tecnologia de ponta para seleção e aprimoramento genético de seu próprio rebanho. O resultado foi o reconhecimento internacional pela geração de animais altamente qualificados para a produção de leite e carne. Foi prefeito de Curvelo, sua cidade natal, secretário de Estado de Agricultura e um dos fundadores da Federação da Agricultura de Minas Gerais. Ao longo de sua vida recebeu muitas honrarias. Agora, no centenário de seu nascimento, a Assembleia Legislativa do Estado de Minas Gerais rende a Evaristo Soares de Paula mais uma justa homenagem por sua contribuição para o desenvolvimento da nossa economia”.

O presidente – Convido o deputado Fred Costa, autor do requerimento cujo deferimento resultou na realização desta reunião de homenagem, para que nos acompanhe ao local indicado, a fim de que, juntamente, façamos a entrega da placa.

– Procede-se à entrega da placa.

#### **Palavras do Sr. Evandro Guimarães de Paula**

Como não tenho essa capacidade do pessoal, vou começar assim: meu pai, grande orador, meu avô ainda melhor, e Deus me fez um favor, de todos sou o pior. Me sinto emocionado por ser o orador neste momento tão importante: a comemoração dos 100 anos do meu pai, Evaristo Soares de Paula. Peço a todos um pouco de complacência, porque vou falar com a simplicidade de capiau da roça que sou...

Evaristo Soares de Paula foi um advogado por formação, mas um grande vaqueiro de profissão. Biólogo, formado na observação e convivência, com especializações em: ecologia, observava detalhadamente as relações dos animais entre si e com o meio no qual vivem; genética, estudou a fundo a hereditariedade e a consanguinidade; e botânica, conhecia cada árvore, arbusto, cada gramínea do cerrado. Identificava a madeira só de cheirar uma pequena lasca, que tirava com seu inseparável canivete. Ficava inconformado com as afirmações de que o cerrado era terra ruim. Não pode ser ruim uma terra que produz árvores do porte de um pequi. Está sendo mal aproveitado. Era obstinado, audacioso, ousado, tinha uma grande visão do futuro. Afirmava sempre que exercia sua profissão 24 horas por dia. Ao ser questionado, respondia: “trabalho com minhas vacas, portanto sou vaqueiro”. Mas 24 horas por dia? O senhor não dorme? “Sim, durmo. Durmo e sonho. Sonho com minhas vacas. Então são 24 horas por dia mesmo!” Só acreditava num criatório de gado de alta linhagem, baseado na consanguinidade. Buscou incansavelmente. Após várias tentativas de cruzamentos, certo dia chegou para mamãe e disse: “Enny, estamos com a chave do sucesso na mão. A consanguinidade deu certo”. “E dinheiro, quando o ganharemos?” – perguntou ansiosa. “Trago uma notícia histórica desta, e você vem falar em dinheiro? Mas, já que perguntou, daqui a um quarto de século”.

Meu pai foi orgulhosamente um dos fundadores da exposição agropecuária de Curvelo e, à frente da sociedade rural, hoje AMCZ, construiu a sede da entidade, onde funciona atualmente a Câmara Municipal e o Parque de Exposição. Conseguiu, com muito trabalho, muito esforço e uma visão admirável, transformar a exposição de Curvelo em referência e colocá-la como uma das três mais importantes do País. Quando prefeito de Curvelo, buscou, junto ao DNOS, solução para problemas de enchente e pernalongos, além de melhor acesso ao hospital. Sugeriu ao seu diretor um convênio entre a prefeitura e o referido órgão para a retificação do Rio Santo Antônio e a construção de pontes de concreto, em que a prefeitura entraria com a parte principal e o DNOS com os acessórios. Ao ser perguntado sobre o que chamava de acessórios, respondeu: “o projeto, a draga, o material para a construção das pontes, a mão de obra e toda a verba necessária para conclusão da obra”. “Mas e o que tu chamas de principal?”. Respondeu: “O rio! Sem ele não se faz



nada”. Ficou tão impressionado com a ousadia do prefeito da pequena cidade do interior que realizou o projeto. Nessa casa se iniciou um processo que desencadeou duas das suas maiores obras. Para o correto aproveitamento do cerrado e a conseqüente incorporação ao processo produtivo, organizou a importação de centenas de tratores da Fiat, o que resultou na vinda para Minas Gerais da fábrica de tratores e, posteriormente, da de automóveis.

Tornar o cerrado produtivo transformou o cerrado no celeiro do Brasil e no grande responsável pelos bons resultados da balança comercial brasileira nos últimos tempos.

Deixou descritos todos os procedimentos quando da sua morte: como seria velado, enterrado, o anúncio no jornal, até o epitáfio – “Na vida, um exemplo; na morte, um modelo”. Foi enterrado no jardim de sua Fazenda do Cortume, olhando para o nascente. E, por incrível que pareça, no dia seguinte ao do seu enterro, todo o gado daquele pasto foi até o muro vizinho do túmulo, lugar de difícil acesso, como que a se despedir dele. Depois disso nunca mais se viu uma rês sequer no local.

Essas são algumas considerações que quis ressaltar neste momento tão especial. Em nome da família, agradeço a esta Casa pela homenagem a um homem que tanto fez, por tudo que se empenhou e se propôs a fazer. Meu orgulho, meu mestre.

Agradeço à Vanessa, ao deputado Fred Costa pela iniciativa desta reunião especial. Agradeço a todos pela presença. Muito obrigado.

### Palavras do Presidente

Sr. Evandro Guimarães de Paula, filho do nosso homenageado; Exmo. Sr. Doutor Viana, conselheiro do Tribunal de Contas de Minas Gerais; Exmo. Sr. Virgílio Guimarães, amigo e ex-deputado, que hoje também representa, numa demonstração de que o tempo passa, o seu filho, deputado federal Gabriel Guimarães; meu caro amigo e Exmo. Deputado Fred Costa, autor do requerimento que deu origem a esta homenagem e que teve a iniciativa de ajustar com a direção da Casa para que eu pudesse presidir, com muita honra para mim, esta solenidade.

Ocupando neste momento o lugar institucional da Presidência da Casa, cabe-me destacar as razões pelas quais o povo de Minas, por seus representantes e por oportuna iniciativa do deputado Fred Costa, celebra, nesta noite, o centenário de nascimento do Dr. Evaristo Soares de Paula, transcorrido no dia 29 de dezembro último. A mais leve reflexão sobre a proposta revela que são amplas essas razões. O Dr. Evaristo foi, em seu tempo, uma personalidade de muito elevada expressão, cuja atuação como empresário no setor agrícola e como homem público no exercício de mais de um cargo foi capaz de inscrevê-lo entre os personagens que efetivamente contribuíram para o desenvolvimento e o progresso de sua região e de toda Minas Gerais.

Notáveis foram as suas realizações como empresário em sua Fazenda do Cortume, em Curvelo, onde chegou a desenvolver marca própria - a marca eva - para o gado gir, criado na vastidão da propriedade. Com técnicas pioneiras, levou sua criação a padrão técnico-científico tão elevado que especialistas consideraram sua proposta a melhor opção econômica para a bovinocultura especializada para carne e leite nas regiões tropicais e intertropicais. Um trabalho de gigante. Essa foi uma avaliação recorrente, à época e ainda hoje, acerca de suas iniciativas de vanguarda, cujo alcance ultrapassou seu tempo e chega aos nossos dias.

Acresce-se que, ganhador de inúmeros troféus e títulos em exposições agropecuárias, o Dr. Evaristo não se restringiu à contabilidade de seus lucros individuais, mas saiu a campo para promover a vida do empreendedor e do trabalhador rural. Foi um dos fundadores da Sociedade Rural de Curvelo, atual Associação Mineira dos Criadores de Zebu – AMCZ –, que presidiu por vários anos.

Foi um dos fundadores também do Banco Mercantil de Minas Gerais, atual Banco Mercantil do Brasil, e da Federação da Agricultura do Estado de Minas Gerais, de cuja primeira diretoria participou, vindo a integrar ainda a diretoria da Associação Brasileira de Criadores de Gado Gir e da Associação Comercial de Curvelo.

A trajetória de consolidada consistência como empreendedor de visão comunitária apontaria para o chamamento do Dr. Evaristo para a vida pública, o que de fato ocorreu. Eleito prefeito de Curvelo, além de implementar obras de infraestrutura urbana que ainda hoje mantêm o bem-estar coletivo naquela cidade, construiu o Parque de Exposições Antônio Ernesto de Salvo e a Casa Rural de Curvelo, contribuindo decisivamente para definir o município como polo do labor agropecuário na região e como referência no cenário nacional. Conduzido à Secretaria de Estado de Agricultura, implementou, durante o governo Israel Pinheiro, vigorosa política de mecanização agrícola, que resultou na definitiva incorporação do cerrado mineiro às áreas de progresso econômico.

As múltiplas vocações do Dr. Evaristo, tão bem realizadas ao longo de sua vida de elevada proficiência, têm raízes remotas na figura de seu pai, Eurípides de Paula, também pecuarista de grande visão em seu tempo, e na de seu avô, o Cap. Evaristo de Paula. Enquanto o pai, Eurípides, já cuidava de aprimorar o seu plantel de gado gir em sua fazenda, o avô, o Cap. Evaristo, tratou de criar em Curvelo a Santa Casa do município e foi um importante colaborador do contemporâneo Carlos Chagas em suas pesquisas sobre o mal que hoje conhecemos como doença de Chagas. Acompanhando a construção do ramal da Central do Brasil que passava por Curvelo, o arguto observador suspeitava que fosse o barbeiro o responsável pelo abatimento contraído pelos operários e manteve estreito contato com médicos e pesquisadores, contribuindo para viabilizar os resultados que ainda hoje tanto nos honram.

Esse lastro de pioneirismo e abertura para a comunidade de seu avô e seu pai com toda a certeza sobreviveu na figura do Dr. Evaristo Soares de Paula. Sua folha de serviços, com resultados que transcendem largamente o tempo em que viveu, obteve a densidade incontestável que o torna nome de destaque na galeria das personalidades públicas mineiras, a quem o Estado e seu povo devem reconhecimento e a quem, no cumprimento desse dever, rendemos nesta noite o tributo de nossa homenagem.

Permito-me, no entanto, não ficar restrito ao reconhecimento institucional à face pública de uma grande personalidade. A ele quero juntar o meu reconhecimento pessoal, destacando especialmente a face humana da personalidade a cuja memória nos reportamos nesta homenagem. Também eu tenho raízes em Curvelo, terra de nascimento de meu pai, Lúcio de Souza Cruz, terra de nascimento de minha mulher, Juliana, e de meu filho, Marcelo.

Na casa de minha sogra, ainda hoje residente em Curvelo, ouvi frequentes relatos de fatos envolvendo o Dr. Evaristo, de quem meu sogro, Targino Raimundo de Figueiredo, foi o vice-prefeito. Recompondo as cenas que mais de uma vez ouvi narradas, pude deduzir a estreita amizade que ligou Evaristo e Targino ao longo da vida. Estiveram juntos à frente da cidade em que nasceram e que tanto



amaram, muito tendo podido fazer por ela. Posteriormente, veio Evaristo para a Secretaria de Estado de Agricultura. Targino elegeu-se deputado.

O que se pode inferir de sua proximidade, refletida tanto no plano político quanto no plano pessoal, é que seu interesse pelo trabalho em favor do bem comum era expressão natural dos altos valores que compartilhavam. E entre esses valores estão inequivocamente o apreço à família, o vigor emprestado à condução de larga descendência, as referências cristãs que preservaram, o cultivo de elevada espiritualidade, a simplicidade como regra no recesso do lar e no convívio social, a atenção efetiva à pessoa dos amigos, o definido interesse pelo respeito ao acesso de todos a direitos iguais.

Acresça-se que o Dr. Evaristo e seu amigo Targino tiveram, cada um, ao longo da vida, o apoio irrestrito oferecido por suas respectivas esposas. Na casa do Dr. Evaristo, que logo se encheu com o vozerio dos filhos Leni, Lenita, Lenice, Virgílio, Evaristo Antônio, Rogério, Evandro e Maria Regina, D. Enny Guimarães de Paula foi a figura perfeita da companheira de todos os momentos, tanto à frente da família, como no trabalho político pelo qual enveredou o marido. Ela própria, filha de um senador da República, foi uma mulher dinâmica e corajosa, capaz de iniciativas como a fundação do Grupo da Terceira Idade em Curvelo, quando pouco ainda se falava sobre essa fase adiantada da vida. D. Enny presidiu esse grupo por longos anos, tendo como vice-presidente minha sogra, D. Bernadete, também mulher de sólidos predicados, ainda hoje atuante em Curvelo. Mulher forte, exemplo da unidade que a mulher pode conferir ao grupo familiar, da identidade que assegura para todos os seus membros, da referência agregadora em que se constitui para a família, mesmo tão numerosa. Esteio vigoroso, isso é o que foi, é o que é para sempre, para alegria do círculo de sua convivência e da própria comunidade curvelana. Depositário dessas evocações de âmbito pessoal, cumprimento todos os descendentes que vieram, no curso do tempo, inserir-se como herdeiros do legado de trabalho e de exemplos do casal constituído por D. Enny e Dr. Evaristo Soares de Paula.

Cumprimento especialmente o ex-vereador e ex-deputado federal Virgílio Guimarães, meu especial amigo, e seu filho, o deputado federal Gabriel Guimarães, que puxaram a si a tarefa de prolongar no cenário público a alta figura do pai e avô. Faço um registro especial para Lenita, cuja ausência nesta solenidade não impede que a sintamos ainda mais presente em nossa lembrança, pelo que representou, herdando a vocação de pecuarista do pai e a de elemento de agregação familiar de D. Enny.

Estendo os meus cumprimentos à comunidade de Curvelo, que tantos motivos tem para se orgulhar do filho essencial à história da cidade, do grande filho que foi o Dr. Evaristo Soares de Paula.

Sabemos que a figura de um grande homem é referência para os que o sucedem. Sabemos igualmente que é necessário a um povo reconhecer seu passado, se quer assegurar sua identidade e se deseja prosseguir com segurança no presente e para o futuro. Nessa perspectiva, torna-se imperioso reconhecer legados tão preciosos quanto o deixado pelo Dr. Evaristo Soares de Paula. O povo de Minas, a que se juntam especialmente os familiares, a comunidade de Curvelo e eu próprio, não negligencia o atendimento dessa demanda. Ao comparecer nesta noite, por seus representantes, os mineiros reconhecem e reverenciam a memória do Dr. Evaristo Soares de Paula e a ela prestam agradecida e sensibilizada homenagem. Muito obrigado.

#### Encerramento

O presidente – A presidência manifesta a todos os agradecimentos pela honrosa presença e, cumprido o objetivo da convocação, encerra a reunião, convocando as deputadas e os deputados para a especial de segunda-feira, dia 17, às 20 horas, nos termos do edital de convocação. Levanta-se a reunião.

### ATA DA 2ª REUNIÃO ORDINÁRIA DA COMISSÃO DE EDUCAÇÃO, CIÊNCIA E TECNOLOGIA NA 4ª SESSÃO LEGISLATIVA ORDINÁRIA DA 17ª LEGISLATURA, EM 19/2/2014

Às 16h12min, comparecem na Sala das Comissões a deputada Maria Tereza Lara e os deputados Duarte Bechir e Bosco, membros da supracitada comissão. Havendo número regimental, o presidente, deputado Duarte Bechir, declara aberta a reunião e, em virtude da aprovação de requerimento do deputado Bosco, dispensa a leitura da ata da reunião anterior, a qual é dada por aprovada e é subscrita pelos membros da comissão presentes. A presidência informa que a reunião se destina a apreciar a matéria constante na pauta e a discutir e votar proposições da comissão. A seguir, comunica o recebimento da seguinte correspondência: ofícios das Sras. Ana Lúcia Almeida Gazzola, Secretária de Educação, e Maria Sueli de Oliveira Pires, Secretária de Educação em exercício, publicados no *Diário do Legislativo* em 6/2/2014; e *e-mails* da Sra. Ângela Gonçalves Costa protestando contra a ausência da educação física e do ensino religioso do 1º ao 5º ano do ensino fundamental; do Sr. Mauro Marques da Silva solicitando a intercessão desta Casa a fim de que seja discutida amplamente a nucleação de escolas na zona rural de Manhuaçu; e da Sra. Ivete Alves dos Santos protestando contra a falta de professores especializados para desenvolver a prática esportiva nas escolas estaduais. Passa-se à 2ª Fase da 2ª Parte (Ordem do Dia), que compreende a discussão e a votação de proposições que dispensam a apreciação do Plenário. Submetido a votação, é aprovado o Requerimento nº 7.080/2014. Submetidos a discussão e votação, cada um por sua vez, são aprovados os Pareceres de Redação Final dos Projetos de Lei nºs 4.367, 4.637 e 4.658/2013. Passa-se à 3ª Fase da 2ª Parte (Ordem do Dia), que compreende a discussão e a votação de proposições da comissão. Submetidos a votação, cada um por sua vez, são aprovados os seguintes requerimentos:

- nº 8.972/2014, da deputada Luzia Ferreira, em que solicita seja realizada reunião para discutir, em audiência pública, a escassez de vagas para o ensino médio no período diurno em Venda Nova, em Belo Horizonte;
- nº 8.973/2014, da deputada Maria Tereza Lara, em que solicita seja encaminhado à Secretaria de Educação pedido de providências para a remoção do servidor Ney Cabral de Betim para Japaraíba ou Lagoa da Prata, nesta ordem de prioridade;
- nº 8.974/2014, da deputada Luzia Ferreira, em que solicita seja realizada reunião para discutir, em audiência pública, a incorporação do Município de Formiga na área de abrangência da Superintendência Regional de Ensino de Campo Belo;



- nº 9.098/2014, da deputada Maria Tereza Lara e dos deputados André Quintão, Carlos Mosconi, Duarte Bechir e Durval Ângelo, em que solicitam seja realizado debate público, em reunião especial das Comissões de Educação, Ciência e Tecnologia, de Direitos Humanos, de Participação Popular e de Saúde, para debater o programa Objetivos de Desenvolvimento do Milênio, da ONU;

- nº 9.099/2014, da deputada Maria Tereza Lara e dos deputados Duarte Bechir e Bosco, em que solicitam seja encaminhado ao prefeito municipal e ao presidente da Câmara Municipal de Manhuaçu pedido de providências para que seja discutido com a comunidade local o processo de nucleação das escolas rurais municipais, com a participação do Conselho Municipal de Educação;

- nº 9.100/2014, da deputada Maria Tereza Lara e dos deputados Duarte Bechir e Bosco, em que solicitam seja realizada reunião para debater, em audiência pública, a situação de alunos que não têm contratos de trabalho formalmente legalizados e querem se matricular no ensino noturno;

- nº 9.101/2014, dos deputados Bosco e Duarte Bechir, em que solicitam seja formulada manifestação de aplauso à Secretaria de Educação e aos titulares das superintendências regionais de ensino em razão dos resultados obtidos pelos alunos do 3º ano do ensino fundamental no Programa de Alfabetização, em 2013.

São recebidos pela presidência, para posterior apreciação, os seguintes requerimentos:

- nº 9.102/2014, dos deputados Duarte Bechir e Bosco e da deputada Maria Tereza Lara, em que solicitam sejam realizadas visitas à Escola Estadual Pandiá Calógeras: a primeira, com a finalidade de averiguar se o imóvel atualmente ocupado pela escola atende as necessidades de seus alunos e dos trabalhadores em educação; e a segunda, com a finalidade de acompanhar as obras de recuperação do imóvel em que estava instalada;

- nº 9.103/2014, do deputado Antônio Carlos Arantes, em que solicita seja realizada reunião para defender, em audiência pública, a manutenção da Lei Complementar nº 100, de 2007, que garantiu os direitos de 98 mil servidores do Estado e contra a qual foi ajuizada ação direta de inconstitucionalidade cujo julgamento está em vias de acontecer no STF;

- nº 9.104/2014, do deputado André Quintão, em que solicita seja realizada reunião conjunta com a Comissão de Participação Popular para discutir, em audiência pública, a situação da educação indígena no Estado, em especial os impactos da Resolução nº 2.442/2013.

Cumprida a finalidade da reunião, a presidência agradece a presença de todos, convoca os membros da comissão para a próxima reunião ordinária, determina a lavratura da ata e encerra os trabalhos.

Sala das Comissões, 12 de março de 2014.

Duarte Bechir, presidente - Rômulo Viegas - Maria Tereza Lara.

#### **ATA DA 1ª REUNIÃO ORDINÁRIA DA COMISSÃO DE ADMINISTRAÇÃO PÚBLICA NA 4ª SESSÃO LEGISLATIVA ORDINÁRIA DA 17ª LEGISLATURA, EM 25/2/2014**

Às 14h45min, comparecem na Sala das Comissões os deputados Gustavo Corrêa, Rogério Correia, Sargento Rodrigues, Carlos Pimenta (substituindo o deputado Inácio Franco, por indicação da liderança do BAM) e Lafayette de Andrada (substituindo o deputado Leonardo Moreira, por indicação da liderança do BTR), membros da supracitada comissão. Havendo número regimental, o presidente, deputado Gustavo Corrêa, declara aberta a reunião e, em virtude da aprovação de requerimento do deputado Sargento Rodrigues, dispensa a leitura da ata da reunião anterior, a qual é dada por aprovada e é subscrita pelos membros da comissão presentes. A presidência informa que a reunião se destina a apreciar a matéria constante na pauta e a discutir e votar proposições da comissão. A seguir, comunica o recebimento da seguinte correspondência: ofícios dos Srs. deputado Cabo Júlio, presidente da comissão especial de indicação do nome de Fábio Caldeira Castro Silva para o cargo de ouvidor-geral do Estado, comunicando que a Ouvidoria-Geral do Estado disponibilizará suas ouvidorias setoriais de temas ambiental, educacional, fazenda, patrimônio e licitação, polícia, saúde e sistema penitenciário para que realizem prestação de contas semestrais nas respectivas comissões temáticas desta Casa; José de Paulo Santos, cidadão de Monte Carmelo, encaminhando críticas relativas à aposentadoria na Polícia Militar; Luiz Moreira Gomes Júnio, conselheiro nacional do Ministério Público, encaminhando os extratos das decisões proferidas por aquele conselho no último trimestre de 2013, para conhecimento; Joilson de Paula Correa, conselheiro tutelar de Justinópolis, denunciando o descumprimento pelo Conselho Tutelar de Ribeirão das Neves da Lei Estadual nº 21.163, de 2014, marcando eleição dos conselheiros para o dia 9 de março do corrente e tirando o direito dos atuais conselheiros de permanecerem no cargo até 1º/1/2016. A presidência comunica também o recebimento de correspondência publicada no *Diário do Legislativo* nas datas mencionadas em parênteses: ofícios dos Srs. Edmarcius Carvalho Novaes, presidente do Conselho Municipal de Assistência Social do Município de Governador Valadares; desembargador Almeida Melo, presidente em exercício do Tribunal de Justiça do Estado de Minas Gerais (28/12/2013); vereador Sebastião Joaquim Vieira, presidente da Câmara Municipal de Araguari (25/1/2014); Renato César Jardim, juiz auxiliar da Presidência da Secretaria Executiva de Planejamento e Qualidade na Gestão Institucional (6/2/2014); e das Sras. Zilda Maria Youssef Murad, juíza de direito da Comarca de Lavras (6/2/2014); Adriene Andrade, presidente do Tribunal de Contas do Estado de Minas Gerais (6/2/2014); Maria Coeli Simões Pires, secretária de Estado da Casa Civil e de Relações Institucionais (20/2/2014). Passa-se à 2ª Fase da 2ª Parte (Ordem do Dia), que compreende a discussão e a votação de proposições que dispensam a apreciação do Plenário. Submetidos a votação, cada um por sua vez, são aprovados os Requerimentos nºs 6.866 e 6.932/2013; 7.038, 7.039, 7.040, 7.055, 7.056, 7.065, 7.183 e 7.184/2014. É aprovado requerimento do deputado Rogério Correia solicitando que o Requerimento nº 7.182/2014 seja submetido a votação pelo processo nominal. Submetido a votação por esse processo, votam “sim” os deputados Gustavo Corrêa e Lafayette de Andrada, votam “não” os deputados Sargento Rodrigues e Rogério Correia e vota em branco o deputado Carlos Pimenta. Repete-se a votação e, persistindo o empate, é aprovado o Requerimento nº 7.182/2014 após o voto de qualidade do presidente, deputado Gustavo Corrêa. Submetido a discussão e votação, é aprovado o Parecer de Redação Final do Projeto de Lei nº 4.681/2013. Passa-se à 3ª Fase da 2ª Parte (Ordem do Dia), que compreende a discussão e a votação de proposições da comissão. São recebidos pela presidência, para posterior apreciação, os seguintes requerimentos:

- nº 9.126/2014, do deputado Rogério Correia, em que solicita seja realizada reunião da Comissão de Administração Pública para debater, em audiência pública, a Lei Orgânica dos Agentes Penitenciários e também a obrigatoriedade dos contratados que passaram no concurso para que tirem férias no mesmo período da realização do curso de formação;

- nº 9.127/2014, da deputada Luzia Ferreira, em que solicita seja realizada reunião da Comissão de Administração Pública para debater, em audiência pública, a reestruturação remuneratória das carreiras da Fundação João Pinheiro;

- nº 9.128/2014, do deputado Rogério Correia, em que solicita seja realizada reunião da Comissão de Administração Pública para debater, em audiência pública, a pauta de reivindicações dos trabalhadores em educação da rede pública estadual de Minas Gerais, com os seguintes pontos: pagamento do piso salarial; descongelamento da carreira; cumprimento de acordos firmados por parte do governo; investimento de 25% dos impostos na educação; nomeação dos concursados para todos os cargos vagos; retorno da educação física e do ensino religioso nos anos iniciais; atendimento digno no Ipsemg; e a proibição de alunos que não tem carteira assinada de se matricularem na escola no turno da noite;

- nº 9.129/2014, do deputado Sargento Rodrigues e do deputado Rogério Correia, em que solicita seja realizada reunião da Comissão de Administração Pública para debater, em audiência pública, o Projeto de Lei Complementar nº 59/2014, que altera a Lei Complementar nº 59, de 18/1/2001, que contém a organização e a divisão judiciárias do Estado de Minas Gerais;

- nº 9.130/2014, do deputado Sargento Rodrigues, em que solicita seja realizada reunião conjunta da Comissão de Administração Pública com a Comissão de Direitos Humanos, para debater, em audiência pública, a inviabilidade da existência do Tribunal de Justiça Militar do Estado de Minas Gerais, tendo em vista as graves denúncias realizadas em desfavor dessa instituição;

- nº 9.131/2014, do deputado Rogério Correia, em que solicita seja realizada reunião da Comissão de Administração Pública para debater, em audiência pública, o Projeto de Lei nº 4.797/2013, que trata da carreira dos servidores do judiciário mineiro;

- nº 9.132/2014, do deputado Cabo Júlio, em que solicita seja realizada reunião conjunta da Comissão de Administração Pública com a Comissão de Segurança Pública em Buritizeiro para debater, em audiência pública, a segurança pública nesse município, bem como a segurança dos usuários da ponte Marechal Hermes, que liga o Município de Buritizeiro a Pirapora, pois, mesmo recebendo recurso para sua manutenção, continua colocando em risco a vida das pessoas que por ela passam;

- nº 9.133/2014, do deputado Tadeu Martins Leite, em que solicita seja encaminhado ao governo do Estado de Minas Gerais pedido de providências para que sejam convocados para o Curso de Formação de Soldados todos os candidatos excedentes do concurso público do Corpo de Bombeiros Militar regulado pelo Edital nº 12/2012;

- nº 9.134/2014, do deputado Tadeu Martins Leite, em que solicita seja encaminhado ao Corpo de Bombeiros Militar de Minas Gerais pedido de providências para que sejam convocados para o Curso de Formação de Soldados todos os candidatos excedentes do concurso público do Corpo de Bombeiros Militar regulado pelo Edital nº 12/2012.

Cumprida a finalidade da reunião, a presidência agradece a presença de todos, convoca os membros da comissão para a próxima reunião ordinária, determina a lavratura da ata e encerra os trabalhos.

Sala das Comissões, 11 de março de 2014.

Inácio Franco, presidente - Sargento Rodrigues - Rogério Correia - Rosângela Reis.

#### **ATA DA 4ª REUNIÃO ORDINÁRIA DA COMISSÃO DE PREVENÇÃO E COMBATE AO USO DE CRACK E OUTRAS DROGAS NA 4ª SESSÃO LEGISLATIVA ORDINÁRIA DA 17ª LEGISLATURA, EM 26/2/2014**

Às 10h15min, comparecem na Sala das Comissões os deputados Vanderlei Miranda e Glaycon Franco, membros da supracitada comissão. Havendo número regimental, o presidente, deputado Vanderlei Miranda, declara aberta a reunião, dispensa a leitura da ata da reunião anterior, dá-a por aprovada, a qual é subscrita pelos membros da comissão presentes. A presidência informa que a reunião se destina a debater os aspectos relativos à negativa de cadastramento das comunidades terapêuticas por parte dos Conselhos Municipais de Assistência Social e a discutir e votar proposições da comissão. A seguir, comunica o recebimento de correspondência publicada no *Diário do Legislativo* em 20/2/2014: ofícios dos Srs. Federico Addiechi, diretor de responsabilidade social da Fifa; e Rômulo de Carvalho Ferraz, secretário de Defesa Social. O presidente acusa o recebimento do Projeto de Lei nº 4.870/2014, em turno único, avocando a si a relatoria da matéria. A presidência interrompe os trabalhos ordinários da reunião para ouvir as Sras. Maria Albanita Roberta de Lima, subsecretária de Assistência Social, representando o secretário de Estado de Trabalho e Desenvolvimento Social; Adélia Porto Dias, presidente da Associação Mineira de Comunidades Terapêuticas e Instituições Afins; e os Srs. Cloves Eduardo Benevides, subsecretário de Estado de Políticas sobre Drogas; Aloísio Andrade, presidente do Conselho Estadual de Políticas sobre Drogas; Wellington Antonio Vieira, presidente da Federação de Comunidades Terapêuticas Evangélicas do Brasil, que são convidados a tomar assento à mesa. A presidência, na condição de coautor do requerimento que deu origem ao debate, tece suas palavras iniciais. Em seguida, concede a palavra ao deputado Glaycon Franco, também coautor do requerimento, para suas considerações iniciais. Logo após, passa a palavra aos convidados, para que façam suas exposições. Abertos os debates, segue-se ampla discussão, conforme consta nas notas taquigráficas. A presidência retoma os trabalhos ordinários da reunião. Cumprida a finalidade da reunião, a presidência agradece a presença de todos, convoca os membros da comissão para a próxima reunião ordinária, determina a lavratura da ata e encerra os trabalhos.

Sala das Comissões, 11 de março de 2014.

Vanderlei Miranda, presidente - Tadeu Martins Leite - Carlos Mosconi - Carlos Pimenta.



## ORDENS DO DIA

**ORDEM DO DIA DA 16ª REUNIÃO ORDINÁRIA DA 4ª SESSÃO LEGISLATIVA ORDINÁRIA DA 17ª LEGISLATURA,  
EM 18/3/2014****1ª Parte****1ª Fase (Expediente)****(das 14 horas às 14h15min)**

Leitura e aprovação da ata da reunião anterior. Leitura da correspondência.

**2ª Fase (Grande Expediente)****(das 14h15min às 15h15min)**

Apresentação de proposições e oradores inscritos.

**2ª Parte (Ordem do Dia)****1ª Fase****(das 15h15min às 16h15min)**

Comunicações da presidência. Apreciação de pareceres e requerimentos.

**2ª Fase****(das 16h15min às 18 horas)**

Prosseguimento da discussão, em turno único, do Veto Parcial à Proposição de Lei nº 22.009, que dá nova redação aos arts. 1º e 6º da Lei nº 11.817, de 6 de março de 1995, tornando obrigatória a emissão de nota fiscal de entrada de mercadoria nas operações de compra efetivadas por desmontes - ferros-velhos e sucatas. (Faixa constitucional.) Esgotado o prazo constitucional sem emissão de parecer. Designado relator em Plenário, o deputado Glaycon Franco opina pela manutenção do veto.

Discussão, em turno único, do Veto Parcial à Proposição de Lei nº 22.045, que assegura ao idoso e à pessoa com deficiência que menciona gratuidade no serviço intermunicipal de transporte coletivo de passageiros e altera a Lei nº 12.666, de 4 de novembro de 1997. (Faixa constitucional.) Esgotado o prazo constitucional sem emissão de parecer.

Discussão, em turno único, do Veto Total à Proposição de Lei nº 22.060, que dispõe sobre o acondicionamento de mercadorias no comércio varejista e dá outras providências. (Faixa constitucional.) Esgotado o prazo constitucional sem emissão de parecer. Designado relator em Plenário, o deputado Agostinho Patrus Filho opina pela manutenção do veto.

Discussão, em turno único, do Veto Parcial à Proposição de Lei nº 22.062, que estabelece diretrizes e objetivos para a formulação e a implementação da política estadual de combate às discriminações racial e étnica e dá outras providências. (Faixa constitucional.) Esgotado o prazo constitucional sem emissão de parecer.

Discussão, em turno único, do Veto Total à Proposição de Lei nº 22.077, que autoriza o Poder Executivo a doar ao Município de Ibitiúra de Minas o imóvel que especifica. (Faixa constitucional)

Esgotado o prazo constitucional sem emissão de parecer.

Discussão e votação de pareceres de redação final.

**ORDEM DO DIA DA 5ª REUNIÃO ORDINÁRIA DA COMISSÃO DE MEIO AMBIENTE E DESENVOLVIMENTO  
SUSTENTÁVEL NA 4ª SESSÃO LEGISLATIVA ORDINÁRIA DA 17ª LEGISLATURA, A REALIZAR-SE ÀS 10 HORAS  
DO DIA 18/3/2014****1ª Parte (Expediente)**

Leitura e aprovação da ata. Leitura da correspondência e da matéria recebida. Designação de relator.

**2ª Parte (Ordem do Dia)**

Discussão e votação de pareceres sobre proposições sujeitas à apreciação do Plenário da Assembleia:

Em turno único: Projeto de Lei nº 2.946/2012, do deputado Fred Costa.

Discussão e votação de proposições que dispensam a apreciação do Plenário da Assembleia:

Requerimento nº 7.036/2014, do deputado Duarte Bechir.

Discussão e votação de proposições da comissão.

**ORDEM DO DIA DA 6ª REUNIÃO ORDINÁRIA DA COMISSÃO DE CONSTITUIÇÃO E JUSTIÇA NA 4ª SESSÃO  
LEGISLATIVA ORDINÁRIA DA 17ª LEGISLATURA, A REALIZAR-SE ÀS 10 HORAS DO DIA 18/3/2014****1ª Parte (Expediente)**

Leitura e aprovação da ata. Leitura da correspondência e da matéria recebida. Designação de relator.

**2ª Parte (Ordem do Dia)**

Discussão e votação de pareceres sobre proposições sujeitas à apreciação do Plenário da Assembleia:

No 1º turno: Projetos de Lei nºs 774/2011, do deputado Rogério Correia; 1.271/2011, do deputado Gustavo Valadares; 1.475/2011, do deputado Dalmo Ribeiro Silva; 1.690/2011, do deputado Marques Abreu; 3.031/2012, do deputado Sebastião Costa; 3.123/2012, do deputado Duarte Bechir; 3.851/2013, do deputado Zé Maia; 3.999/2013, do deputado Leonardo Moreira; 4.219/2013, do deputado Pompílio Canavez; 4.220/2013, do deputado Zé Maia; 4.257/2013, dos deputados Ivair Nogueira e Rômulo Veneroso; 4.455/2013, do deputado Braulio Braz; 4.475/2013, do deputado Dilzon Melo; 4.683/2013, do deputado Braulio Braz; 4.725/2013, do deputado Fábio



Cherem; 4.828/2014, do governador do Estado; 4.833/2014, do deputado Arlen Santiago; 4.919/2014, do deputado Gustavo Valadares; 4.939 e 4.940/2014, do deputado Lafayette de Andrada; e 4.948/2014, do deputado Rogério Correia.

Discussão e votação de proposições que dispensam a apreciação do Plenário da Assembleia:

Em turno único: Projetos de Lei nºs 1.497/2011, do deputado Carlin Moura; 3.444/2012, do deputado Rômulo Veneroso; 4.129/2013, do deputado Rogério Correia; 4.294/2013, do deputado Duílio de Castro; 4.543/2013, do deputado Lafayette de Andrada; 4.562/2013, do deputado Antônio Carlos Arantes; 4.652/2013, do deputado Ivair Nogueira; 4.661/2013, do deputado Deiró Marra; 4.668/2013, do deputado Luiz Henrique; 4.670/2013, do deputado Jayro Lessa; 4.910/2014, do governador do Estado; e 4.930 e 4.932/2014, do deputado Leonardo Moreira.

Discussão e votação de proposições da comissão.

**ORDEM DO DIA DA 2ª REUNIÃO ORDINÁRIA DA COMISSÃO DE DEFESA DO CONSUMIDOR E DO CONTRIBUINTE NA 4ª SESSÃO LEGISLATIVA ORDINÁRIA DA 17ª LEGISLATURA, A REALIZAR-SE ÀS 14H30MIN DO DIA 18/3/2014**

**1ª Parte (Expediente)**

Leitura e aprovação da ata. Leitura da correspondência e da matéria recebida. Designação de relator.

**2ª Parte (Ordem do Dia)**

Discussão e votação de proposições da comissão.

**ORDEM DO DIA DA 3ª REUNIÃO ORDINÁRIA DA COMISSÃO DE ADMINISTRAÇÃO PÚBLICA NA 4ª SESSÃO LEGISLATIVA ORDINÁRIA DA 17ª LEGISLATURA, A REALIZAR-SE ÀS 14H30MIN DO DIA 18/3/2014**

**1ª Parte (Expediente)**

Leitura e aprovação da ata. Leitura da correspondência e da matéria recebida. Designação de relator.

**2ª Parte (Ordem do Dia)**

Discussão e votação de proposições que dispensam a apreciação do Plenário da Assembleia:

Requerimento nº 7.251/2014, do deputado Inácio Franco.

Discussão e votação de proposições da comissão.

**ORDEM DO DIA DA 3ª REUNIÃO ORDINÁRIA DA COMISSÃO DE ESPORTE, LAZER E JUVENTUDE NA 4ª SESSÃO LEGISLATIVA ORDINÁRIA DA 17ª LEGISLATURA, A REALIZAR-SE ÀS 14H30MIN DO DIA 18/3/2014**

**1ª Parte (Expediente)**

Leitura e aprovação da ata. Leitura da correspondência e da matéria recebida. Designação de relator.

**2ª Parte (Ordem do Dia)**

Discussão e votação de proposições que dispensam a apreciação do Plenário da Assembleia:

Em turno único: Projeto de Lei nº 4.837/2014, do deputado Neilando Pimenta.

Requerimento nº 7.202/2014, do deputado Bosco.

Discussão e votação de proposições da comissão.

**ORDEM DO DIA DA 3ª REUNIÃO ORDINÁRIA DA COMISSÃO DE TURISMO, INDÚSTRIA, COMÉRCIO E COOPERATIVISMO NA 4ª SESSÃO LEGISLATIVA ORDINÁRIA DA 17ª LEGISLATURA, A REALIZAR-SE ÀS 14H30MIN DO DIA 18/3/2014**

**1ª Parte (Expediente)**

Leitura e aprovação da ata. Leitura da correspondência e da matéria recebida. Designação de relator.

**2ª Parte (Ordem do Dia)**

Discussão e votação de proposições que dispensam a apreciação do Plenário da Assembleia:

Em turno único: Projeto de Lei nº 4.735/2013, do deputado Duarte Bechir.

Requerimento nº 7.318/2014, do deputado Rômulo Veneroso.

Discussão e votação de proposições da comissão.

**ORDEM DO DIA DA 5ª REUNIÃO ORDINÁRIA DA COMISSÃO DE ASSUNTOS MUNICIPAIS E REGIONALIZAÇÃO NA 4ª SESSÃO LEGISLATIVA ORDINÁRIA DA 17ª LEGISLATURA, A REALIZAR-SE ÀS 15H30MIN DO DIA 18/3/2014**

**1ª Parte (Expediente)**

Leitura e aprovação da ata. Leitura da correspondência e da matéria recebida. Designação de relator.

**2ª Parte (Ordem do Dia)**

Discussão e votação de proposições da comissão.

**ORDEM DO DIA DA 3ª REUNIÃO ORDINÁRIA DA COMISSÃO DE MINAS E ENERGIA NA 4ª SESSÃO LEGISLATIVA ORDINÁRIA DA 17ª LEGISLATURA, A REALIZAR-SE ÀS 16H30MIN DO DIA 18/3/2014**

**1ª Parte (Expediente)**

Leitura e aprovação da ata. Leitura da correspondência e da matéria recebida. Designação de relator.

**2ª Parte (Ordem do Dia)**

Discussão e votação de proposições da comissão.

**ORDEM DO DIA DA 6ª REUNIÃO ORDINÁRIA DA COMISSÃO DE SAÚDE NA 4ª SESSÃO LEGISLATIVA ORDINÁRIA DA 17ª LEGISLATURA, A REALIZAR-SE ÀS 9H30MIN DO DIA 19/3/2014****1ª Parte (Expediente)**

Leitura e aprovação da ata. Leitura da correspondência e da matéria recebida. Designação de relator.

**2ª Parte (Ordem do Dia)**

Finalidade: debater, com a presença de convidados, a Rede de Urgência e Emergência e o SUS Fácil, em especial o encaminhamento dos pacientes na Rede e o recebimento dos casos de trauma (neurocirurgia e ortopedia), os quais, muitas vezes, são rejeitados pelos hospitais de referência.

Discussão e votação de proposições da comissão.

**ORDEM DO DIA DA 4ª REUNIÃO ORDINÁRIA DA COMISSÃO DE REDAÇÃO NA 4ª SESSÃO LEGISLATIVA ORDINÁRIA DA 17ª LEGISLATURA, A REALIZAR-SE ÀS 14H30MIN DO DIA 19/3/2014****1ª Parte (Expediente)**

Leitura e aprovação da ata. Leitura da correspondência e da matéria recebida. Designação de relator.

**2ª Parte (Ordem do Dia)**

Discussão e votação de pareceres em fase de redação final.

Discussão e votação de proposições da comissão.

**EDITAIS DE CONVOCAÇÃO DE REUNIÃO****EDITAL DE CONVOCAÇÃO****Reunião Especial da Assembleia Legislativa**

O presidente da Assembleia Legislativa do Estado de Minas Gerais, no uso da atribuição que lhe confere o art. 82, XVII, do Regimento Interno, convoca reunião especial da Assembleia para as 20 horas do dia 18 de março de 2014, destinada a homenagear o jornalista Hélio Fraga pelos seus 50 anos de exercício profissional dedicados à comunicação.

Palácio da Inconfidência, 17 de março de 2014.

Dinis Pinheiro, presidente.

**EDITAL DE CONVOCAÇÃO****Reunião Extraordinária da Comissão de Assuntos Municipais e Regionalização**

Nos termos regimentais, convoco a deputada Luzia Ferreira e os deputados Carlos Pimenta, João Leite e Pompílio Canavez, membros da supracitada comissão, para a reunião de audiência pública com convidados a ser realizada em 18/3/2014, às 17h30min, na Sala das Comissões, com a finalidade de debater o Projeto de Lei nº 3.730/2013 e de discutir e votar proposições da comissão.

Sala das Comissões, 17 de março de 2014.

Paulo Lamac, presidente.

**EDITAL DE CONVOCAÇÃO****Reunião Especial da Comissão Especial para Emitir Parecer sobre a Indicação de Francisco Antônio Tavares Junior para Presidente da Fundação Ezequiel Dias - Funed**

Nos termos regimentais, convoco os deputados Pompílio Canavez, Anselmo José Domingos, Doutor Wilson Batista, Luiz Henrique e Tiago Ulisses, membros da supracitada comissão, para a reunião a ser realizada em 19/3/2014, às 10 horas, na Sala das Comissões, com a finalidade de eleger o presidente e o vice-presidente.

Sala das Comissões, 17 de março de 2014.

Pompílio Canavez, presidente *ad hoc*.

**EDITAL DE CONVOCAÇÃO****Reunião Extraordinária da Comissão de Assuntos Municipais e Regionalização**

Nos termos regimentais, convoco a deputada Luzia Ferreira e os deputados Carlos Pimenta, João Leite e Pompílio Canavez, membros da supracitada comissão, para a reunião de audiência pública com convidados a ser realizada em 21/3/2014, às 10 horas, no Auditório da Biblioteca Central da Universidade Federal de Viçosa, com a finalidade de debater a Resolução 4.131, da ANTT, de 03/07/2013, e de discutir e votar proposições da comissão.

Sala das Comissões, 17 de março de 2014.

Paulo Lamac, presidente.

**PRONUNCIAMENTOS REALIZADOS EM REUNIÃO ANTERIOR****14ª REUNIÃO ORDINÁRIA DA 4ª SESSÃO LEGISLATIVA ORDINÁRIA DA 17ª LEGISLATURA****Discursos Proferidos em 12/3/2014**

O deputado João Leite\* - Sr. Presidente, Srs. Deputados, venho, com muita satisfação, a esta tribuna, já que antes do período de carnaval fui impedido de falar. Encerraram a reunião para que eu não falasse. Senti-me até importante, não é Marques? Houve um movimento, um acerto para que eu não pudesse falar. Mas, isso é difícil.

Ontem, vimos desta tribuna um Brasil que existe só no pensamento de quem falava. O Brasil real não é esse; o Brasil real é o Brasil das estradas péssimas, das rodovias abandonadas. Hoje, na imprensa, temos uma comemoração: o governo federal comemora a privatização da BR-040. Na segunda-feira passada, fui com a Comissão de Segurança Pública a Medina e enfrentei um trecho da BR-116 em que se cobrava pedágio. É um escândalo cobrar pedágio nessa rodovia. Privatizaram-na. Imaginem: logo este governo que falava contra a privatização é o mesmo que privatiza 900km da BR-040, de Brasília a Juiz de Fora. Diziam as pessoas deste governo: “Fora, FHC, pois você está privatizando as estradas. Fora, FHC”. Agora, eles mesmos privatizam.

Parece que está tudo bem no Brasil. Ontem, o governo tomou uma surra no Congresso. Ontem, o PMDB deu uma surra no governo federal: 268 votos. Que aliança é essa? Parece que está tudo bem no Brasil. Parece que a segurança pública está muito bem. E é interessante, pois eles sobem à tribuna achando que essa questão é culpa do governo de Minas Gerais. Eles não enxergam nada, não veem que a Polícia Federal está em greve e que temos apenas um patrulheiro da Polícia Federal para cada 700km de rodovia federal.

Acompanhava hoje um dos noticiários internos da Assembleia Legislativa sobre a reunião da Comissão de Prevenção e Combate ao Uso de Crack e Outras Drogas, em Capelinha. Fiquei impressionado com o uso dessa droga naquela cidade, deputado Doutor Wilson Batista. Minas Gerais produz crack? Minas Gerais produz cocaína? Não, isso vem de outros países. Entretanto, sobe à tribuna o pessoal do governo federal para dizer que o problema é de Minas Gerais. Coloquem policiais federais nas fronteiras.

Temos a informação de que o Exército Brasileiro, ao meio-dia, manda os militares e soldados embora porque não tem dinheiro para fazer almoço para eles. Essa é a verdade do Brasil. É um escândalo o que o governo federal está fazendo com o Exército, com a Polícia Federal. São 8 mil policiais federais para cuidar de nossas fronteiras, de nossas divisas. Imaginem que tivemos que contar com a união das polícias de São Paulo e de Minas Gerais para enfrentar, em uma cidade como Itamonte, criminosos com armas pesadas, contrabandeadas de outros países, e bananas de dinamite. E nossos policiais foram para lá enfrentar esses criminosos internacionais.

Mas parece que está tudo bem no Brasil. Ontem, subiram à tribuna para falar contra o governo do Estado, contra a Polícia Militar, contra a Polícia Civil, pois os estados devem dar conta disso. Vejo aqui o deputado Tadeu Martins Leite. Lá no Norte de Minas, temos um policial rodoviário federal para cada 700km de rodovia. E, quando há concursos, colocam os patrulheiros rodoviários federais no Rio de Janeiro, e não em Minas Gerais. Outro dia, o deputado Sargento Rodrigues foi aqui acusado de estar do lado do governo do Estado porque cobrou que nas nossas fronteiras deveria haver Exército e Polícia Federal. Disseram que ele está do outro lado. Mas que lado é esse? Ele está do lado da população.

Já pedi ao deputado Sargento Rodrigues para não me mostrar a foto do Cb. Vandec, pois atiraram nele com uma arma antiaérea, e não podemos reconhecer o corpo de uma pessoa que é atingida por essa arma poderosa, capaz de destruir um carro-forte. E vêm aqui dizer da tribuna que a culpa é de Minas Gerais. Vamos assumir. Esse governo é o pior da história do Brasil em termos de segurança pública. Oitenta e sete por cento de tudo que é colocado nessa área vêm dos governos dos estados, e 13% do governo federal.

É o governo que, na história, mais afrouxou, mais abrandou as penas. Temos de mudar a lei de execução penal em Minas Gerais, porque o governo federal não a mudará. Parece que não está acontecendo nada. Culpo o governo federal pela insegurança no Brasil. Viajei para o exterior semana passada. Qual a primeira pergunta feita pela imprensa? Foi o que aconteceu com a segurança? Não perguntaram o que aconteceu em Minas, mas o que aconteceu com a segurança no Brasil. A Bahia teve quase 400% de aumento no número de homicídios. Eu culpo o governo do PT da Bahia? Não, porque tudo foi causado pelo tráfico de drogas, pelo contrabando de armas, por tudo o que chega de outros países. E o governo federal e seus representantes acham que está tudo bem, que pedirão votos e os daremos em Minas Gerais, com as estradas do jeito que estão, com o abandono do metrô, com o abandono do Anel Rodoviário, com o abandono da 040 e da 381, com a falta de policiais rodoviários federais, com a Polícia Federal abandonada aos cacôs nas ruas, pedindo para ser reconhecida e respeitada?

Apoio o deputado Sargento Rodrigues, estou ao seu lado. Ele está correto, mas foi acusado de estar do lado de determinado governo por cobrar a presença do Exército e de policiais militares nas fronteiras, para impedir a entrada de armas e drogas no nosso estado. Na verdade, estamos colocando os policiais militares e civis em risco, porque, com armas de pequeno calibre, eles têm de enfrentar fuzis de 9mm dos criminosos. O governo federal abandonou as fronteiras, abandonou o povo mineiro e brasileiro. É isso o que está acontecendo.

O deputado Sargento Rodrigues (em aparte) – Ilustre deputado João Leite, gostaria inicialmente de dizer que concordo plenamente com tudo o que V. Exa. afirma da tribuna, mesmo porque é isso o que estamos dizendo há bastante tempo. O delegado da Polícia Federal de Uberlândia, Dr. D'Ângelo, relatou que deu publicidade à matéria do jornal *O Tempo* e durante um ano e meio foram apreendidos 5.000kg de pasta-base de cocaína apenas na região do Triângulo. Imaginem quantas drogas têm passado pelo Triângulo e por todo o Estado! Em apenas 30 dias, foram apreendidas 3t de maconha na região metropolitana, sendo 1.200kg em Lagoa Santa e Vespasiano e 2t em Ribeirão das Neves. Temos prestigiado os policiais.

Ainda se encontra em andamento a operação sobre o assalto ocorrido na cidade de Riachinho, praticado por cerca de oito marginais armados com fuzis AR-15 e AK-47 e metralhadoras de 9mm. É bom que o cidadão que está nos acompanhando pela TV saiba que esse armamento não é fabricado no Brasil. O AK-47 é um modelo russo, a metralhadora de 9mm é israelense. As armas americanas, alemãs e israelenses passam livremente pelas fronteiras.



Direi novamente que o governo do Estado tem responsabilidade, sim, diferentemente do que apontou o deputado Rogério Correia, e nós fazemos cobranças, principalmente este deputado.

Não posso ficar cego e digo, sem nenhum medo de errar, que 50% de toda população carcerária nos presídios brasileiros – não é de Minas Gerais – estão lá por condenação pelo tráfico de drogas ou, gravitacionalmente, puxado pelo tráfico de drogas: cometeu o homicídio em nome do tráfico; o arrombamento em nome do tráfico; o roubo à mão armada em nome do tráfico; a formação de quadrilha em nome do tráfico. Isso graças à incompetência, à omissão e à irresponsabilidade do governo federal, porque a competência para patrulhar as fronteiras, fiscalizar contrabando de armas, o descaminho e o tráfico de drogas é da polícia da União.

Agora trago a V. Exa. uma notícia: o sindicato dos policiais federais de Minas Gerais, na pessoa do agente federal Rodrigo Porto, esteve em meu gabinete e já aprovamos ontem o requerimento de reunião em que ele vai apresentar a total falência da Polícia Federal no Brasil. Ele apontará os números e vai mostrar o descaso da presidência da República em relação à questão salarial e à carreira dos policiais federais no Brasil. Isso é o pior, porque reflete decisivamente no combate à criminalidade e à violência, naquilo que compete à polícia da União, chamada Polícia Federal. Mas o governo, repito, é completamente omissivo e irresponsável. Ele quer que os estados se lixem, se danem. Enquanto isso, o que estamos cobrando aqui na tribuna nada mais é do que o dever do governo federal, que abandonou a população brasileira nesse aspecto.

O deputado João Leite\* – Muito obrigado, deputado Sargento Rodrigues. V. Exa. trouxe esses dados sobre o abandono da Polícia Federal. Imagine: o governo federal criou uma guarda nacional que recruta policiais dos estados. Ora, quantos policiais a mais Minas Gerais terá de ter? E os outros estados? Imagine, deputado, o governo do Paraná criou um batalhão da polícia militar na fronteira, não aguenta mais o abandono. Na verdade, há um total abandono por parte do governo federal em nossas fronteiras. É isso o que a Polícia Federal está contando para nós. Às vezes, falamos que o contingente da Polícia Civil de Minas Gerais é pequeno, tem 10 mil homens, e a Polícia Federal tem 8 mil homens para cuidar de 11.000Km de fronteira. O nosso Exército não tem almoço. O governo federal, o governo do PT, não dá almoço para o Exército Brasileiro.

Outro dia fui convidado a visitar uma unidade do exército lá da Vila Oeste. A última coisa que eu coloco no prato é a carne. Servi a salada, deputado Tony Carlos, depois o arroz, o feijão e procurei a carne. Aí, líder Bonifácio Mourão, o comandante da unidade dirige-se a mim e diz assim: “Desculpe-me, deputado, não temos carne”. Vejam: o governo federal não dá carne para os soldados do Exército, para os oficiais do Exército. Estava em um cassino daquela unidade do exército, mas não tem carne para os militares.

E eles vêm aqui nesta tribuna falar do governo de Minas e colocar sobre as costas do governo de Minas essa crise da segurança no Brasil. As pessoas estão com medo. Mas eles acham que não está acontecendo nada com eles. Mas, irão ver, durante a campanha, as estradas que não fizeram. Vocês irão ver o abandono das pessoas, as famílias atingidas pelo crime, pelo tráfico de drogas, os usuários, os dependentes das drogas. O governo federal acha que não está acontecendo nada no Brasil, que está uma maravilha, mas vão tomar um susto. Muito obrigado, Sr. Presidente.

\* - Sem revisão do orador.

O deputado Sargento Rodrigues - Sr. Presidente, Sras. Deputadas, Srs. Deputados, público que nos acompanha pela TV Assembleia, boa tarde. Gostaria de cumprimentar os convidados que estão em nossas galerias.

Sr. Presidente, por várias vezes já ocupei a tribuna desta Casa para trazer uma grave denúncia que continua persistindo. Ela merece que este deputado continue a denunciar em nome do cidadão, em nome daquele que paga imposto, daquele que quer um estado funcionando a serviço do coletivo; em nome do cidadão que deseja que cumpramos o nosso dever de denunciar, de fiscalizar, exercendo na plenitude nosso mandato.

Deputado Hely Tarquínio, presidente, recebi um convite para participar de uma solenidade na data de ontem (- LÊ:) “O presidente do Tribunal de Justiça Militar de Minas Gerais, juiz Cel. BM Osmar Duarte Marcelino, tem a honra de convidá-lo para a sessão solene de posse da nova diretoria do Tribunal de Justiça Militar de Minas Gerais para o biênio 2014-2015. Para presidente o juiz Cel. PM Sócrates Edgard dos Anjos.”

Deputado Inácio Franco, quando recebi esse convite eu disse: agora foi a gota d'água. Primeiro, porque tiveram até a ousadia de enviar um convite desse a este deputado. Esse tribunal já não deveria existir há muito tempo, porque é um tribunal de conluio, de compadrio, onde não há o que nós advogados chamamos de devido processo legal, amplo direito de defesa e contraditório. Não há nada disso, há uma ineficiência absoluta, deputado Inácio Franco. Para que serve esse tribunal para a sociedade? Alardearam e disseram que esse tribunal vai julgar os policiais e bombeiros mais rápido, demonstrando à população que ele pune alguém. É uma falácia. Esse tribunal só pune a base, é um tribunal dos arranjos. Esse moço que assumiu a presidência ontem é de uma incompetência que não há como medir.

Mas há algo mais que nos preocupa, deputado Inácio Franco. Quando chegou o convite, pensei em olhar no *site* do Tribunal de Justiça Militar para ver se eles tomaram um pouco de consciência, para ver se não continuavam com a farra salarial. Deputado Inácio Franco, no trimestre de outubro, novembro e dezembro, apenas 13 juízes gastaram R\$2.289.431,09. Se V. Exas. fizerem a conta, acharão algo em torno de R\$176.000,00 pagos a cada pessoa naquele tribunal.

Com relação aos juízes da primeira instância, deputado Inácio Franco, aos seis juízes da auditoria, não há por parte deste deputado absolutamente nenhuma queixa, porque são juízes togados, concursados. São, portanto, pessoas que merecem o respeito deste humilde advogado, que infelizmente já tentou até advogar naquela corte; são juízes que fundamentam as sentenças que proferem. É o caso da Dra. Daniela, juíza da 2º ou 3ª Auditoria, doutora em direito constitucional pela UFMG e que de vez em quando tem uma sentença reformada pelo Cel. Sócrates Edgard dos Anjos.

Esse moço, quando foi designado juiz do Tribunal de Justiça Militar, cargo equiparado ao de desembargador, sequer tinha sido aluno do 1º período de direito. Esse moço não sabe sequer conceituar processo e está longe de saber o que é. Mas a competência continua a pairar.

Deputado Inácio, tivemos oportunidade de copiar do *site* do Tribunal de Justiça Militar dados sobre abusos salariais, para que V. Exas. possam se certificar do que está acontecendo na instituição. O juiz Cel. Sócrates Edgard dos Anjos, no mês de dezembro de



2013, recebeu a bagatela de R\$81.135,79, sendo que o salário de desembargador, em Minas Gerais, a partir de 1º/1/2013, é de R\$26.589,00. Qual é a matemática? Qual é a fórmula mágica que fez com que chegasse ao salário de R\$81.135,79 no mês de dezembro?

Mas não foi só ele que recebeu esse valor. O juiz Cel. PM Rúbio Paulino Coelho recebeu R\$81.135,79, ultrapassando o salário da presidência. O juiz Cel. PM Osmar Duarte Marcelino recebe R\$85.778,43. Vou repetir esses valores para que o cidadão que está vendo a TV Assembleia entenda melhor. O salário do desembargador, deputado Fabiano Tolentino, que é o aquele a que deveriam estar vinculados, é de R\$26.589,00. O valor que mencionamos é quatro vezes o salário do desembargador. Qual é a fórmula? Qual é a matemática?

Eles falam que no mês de dezembro recebem o 13º salário e 1/3 de férias. Fizemos as contas, mas não conseguimos chegar aos números e à multiplicação do salário. Eles dizem que recebem esse valor somente nos meses de dezembro e julho. O Cel. Rúbio, tentando explicar-se, disse à Rádio Itatiaia que eles só recebem esse salário nos meses de dezembro e julho por causa das férias.

Deputado Inácio, no mês de janeiro de 2014 o salário do desembargador era de R\$26.589,00. Vamos às mesmas pessoas: o juiz Cel. Sócrates Edgard dos Anjos recebeu R\$46.727,00; o juiz Cel. Rúbio Paulino Coelho recebeu R\$46.727,00; o juiz Cel. Osmar Duarte Marcelino recebeu R\$49.428,00. Não dá para entender, deputado Fabiano Tolentino. Eles dizem que recebem esses valores altos somente em julho e dezembro, porque em janeiro não há o 1/3 de férias, não há gratificação natalina. Mas o desembargador ganhou dois salários, que se supõe ser o salário deles. Isso é algo inescrupuloso. Não dá para entender como esta Casa fica inerte a essa situação.

Já tomei três iniciativas nesta Casa. Primeiramente, apresentei uma proposta de emenda à Constituição, junto ao deputado Inácio, considerando o previsto na Constituição da República para os ministros do STF. É só dar uma olhadinha no art. 101 da Constituição da República: para ser juiz do STF é preciso ter conduta ilibada e notório saber jurídico, mas, para ser juiz do Tribunal de Justiça Militar, somente é preciso ser coronel.

Apresentei uma proposta de emenda à Constituição para se exigir esse requisito. Ela está parada.

Apresentei um pedido de CPI para investigar a farra dos salários, para dizer ao cidadão de Minas Gerais que não estamos de braços cruzados, que queremos uma investigação séria, mas a CPI não anda, não sai do papel. Por último, deputado Inácio Franco, quando percebi que a CPI não poderia ir para frente, parti para a comissão especial, mas ela também continua parada, não anda. Então, não andam nem a CPI nem a comissão especial.

O que a Assembleia Legislativa deve a esse tribunal? Será que Assembleia deve alguma coisa? Será que há algum deputado aqui que será julgado nesse tribunal? Pelos meus parcos e humildes conhecimentos, o foro para julgamento de deputado é o Tribunal de Justiça do Estado de Minas Gerais, e não tribunal de injustiça militar. Mas o cidadão não pode continuar pagando essa conta, Inácio. Não posso admitir que, se o teto salarial de desembargador de Minas Gerais - estou falando do máximo - é de R\$26.589,00, um juiz coronel ganhe R\$85.000,00 por mês. Qual é o milagre da multiplicação? E esse juiz foi à Rádio Itatiaia e explicou que nesse valor há 1/3 de férias e a gratificação natalina, mas, no mês de janeiro, recebeu R\$49.000,00. Olha, não há explicação.

Denunciei, nesta mesma tribuna, que eles estavam recebendo diária. Para ir aonde, se a Justiça militar em Minas Gerais é sediada somente em Belo Horizonte? Não há justiça militar em Contagem e Nova Lima. Mas descobri, deputado Fabiano Tolentino, que estavam requerendo o pagamento de diária porque os juízes coronéis estavam indo a Uberlândia, a Lavras, a Montes Claros dar palestra dentro de quartéis. Ora, gostaria que algum deputado que, talvez, tenha um pouco mais de conhecimento, me apontasse qual é o respaldo legal que o servidor público, que o membro de poder tem para ganhar diária para proferir palestra. Tenha a santa paciência! A jurisdição da Justiça Militar, na prática, só ocorre em Belo Horizonte, porque sua sede está em Belo Horizonte, bem como as auditorias.

Quero aqui repetir, deputado Fabiano Tolentino, que não sou contra a Justiça Militar, mas contra o tribunal, porque é uma casa de compadres, de conluio, de compadrio. Lá não existe o que nós, advogados, gostamos de exercer, que é fazer uma bela defesa, examinando teses de renomados juristas, doutrina, jurisprudência e conhecer, verdadeiramente, o que é o processo. Lá não existe. Lá vale a vontade, o interesse do coronel que está julgando. Muitas vezes, um outro coronel da ativa, deputado Doutor Wilson Batista, liga para o ex-colega coronel, que é juiz, e fala que determinados policiais são muito enrolados e pede para que não sejam absolvidos. Quando é assim, lá na auditoria da Justiça Militar já foi determinada a sua reintegração, já foi concedido o direito, mas fundamentado por juiz.

Aqui quero, mais uma vez, deixar claro que os juízes da seis auditorias militares têm o meu respeito, a minha admiração, mas o Tribunal de Justiça Militar é uma farra, uma casa de compadres, um conluio e não serve para a sociedade.

Enquanto uma juíza em Belo Horizonte e vários juízes estão com 15 mil processos, cada juiz do Tribunal de Justiça Militar está com 800. Para que isso serve para a sociedade? O custo é muito alto, há uma farra de salários, e para a sociedade não há nada que seja produzido. Podemos pegar a comarca de V. Exa., de Divinópolis, e vamos encontrar juízes com 10, 12, 15 mil processos, enquanto, no Tribunal de Justiça Militar, vamos encontrar um juiz coronel com 800 processos por mês. Não serve para a sociedade. Tem de acabar, e temos de acabar com a farra dos salários, com esse circo, com esse conluio, com esse compadrio, que é o tribunal de injustiça militar em Minas Gerais.

O deputado Rogério Correia\* – Sr. Presidente, deputado Hely Tarquínio; deputados, deputadas, telespectadores da TV Assembleia, imprensa, senhores e senhoras que nos acompanham das galerias, boa tarde. Ocupo novamente esta tribuna para tratar de temas que me preocupam com relação ao Estado de Minas Gerais. Vou falar primeiro da educação pública, porque estamos com um problema sério nessa área: as escolas estaduais não começaram o ano letivo em várias partes do Estado; muitas estão com problemas. Já me referi aqui ao Reinventando o Ensino Médio, mas agora estou cheio de demandas no meu gabinete relativas ao ensino noturno. O governo do Estado está dando um jeito de diminuir as vagas no ensino noturno e dando a isso um nome até difícil de pronunciar: “diuturnização”, o que, na verdade, significa extinguir o turno da noite e deixar apenas o turno diurno, diminuindo o número de vagas. Só pode haver turmas noturnas de alunos que levarem carteira assinada – quem não tiver carteira assinada não pode mais se matricular



no ensino médio à noite. É a nova invenção do Reinventando o Ensino Médio; a nova invenção do governo do Estado. Minas avança! Agora avança contra o turno da noite nas escolas; avança contra os estudantes. Minas avança! Fico impressionado.

Mas também na área da saúde o governo arrumou um jeito mais fácil de resolver o problema. Na educação, diminui ou acaba com o ensino noturno; aí, termina o problema. Se não há aluno nem escola, não há problema. É uma boa forma de resolver, não é? Os alunos ficam sem aula, mas aquele problema não existe mais. Se não há nem aula, não há problema. No caso da saúde, o governo agora arrumou uma boa: colocou como secretário de Saúde um delegado. O delegado vai prender o mosquito da dengue. O secretário anterior havia dito que o problema eram as eleições e os mosquitos diferentes. Ora, o mosquito diferente, como eu disse à época, só vinha para Minas Gerais. Para os outros estados ele não ia; só ficava em Minas. O mosquito respeitava as fronteiras. Como não tinha passaporte para outros estados, só ficava em Minas. Então, aquele mosquito que infernizou a vida dos mineiros só ficava em Minas. Não foi para São Paulo, porque não tinha passaporte. Agora, colocaram outro secretário que vai prender o mosquito da dengue, pois é um delegado. Chamam de meritocracia. É tudo por mérito no governo do Estado.

Agora, vem a nova, na área da segurança pública. Atenção, telespectador e povo mineiro, porque vou falar os motivos de haver problemas na segurança pública no Estado. Quem vir um assaltante, presenciar um assassinato ou vir aumentando o número de homicídios, latrocínios e roubos pense nas fronteiras. A Polícia Militar não tem nada a ver com isso, porque é um problema de fronteiras.

A segurança pública deixou de ser um problema de Minas Gerais. O governo do Estado não encara os problemas. É isso que me irrita, isso é o que estou querendo dizer. Na educação, ele não encara o problema e acaba com o ensino noturno. Na saúde, ele não encara o problema, e põe um secretário delegado para prender mosquito da dengue, mas não encara o problema da dengue como sendo um problema mineiro. Há sempre uma desculpa de que é problema da Dilma, do governo federal. Então, para que está aqui o Prof. Anastasia governando Minas? Para que o PSDB quer concorrer ao governo do Estado? Para reclamar do governo federal? Isso não precisa. Você coloca um governador para ver se ele resolve os problemas. Se você coloca um governador para atacar o governo federal e dizer que ele não consegue resolver os problemas, porque são todos do governo federal, então não concorra ao governo de Minas, concorra somente ao governo federal. Deixe o Aécio concorrer ao governo federal e não concorra em Minas. Porque, se ganhar o candidato do PSDB, ele vai fazer o quê? Ficar choramingando que o problema é do governo federal? Vai passar quatro anos dizendo isso? Imaginem se a Dilma e o Lula, ao invés de procurarem resolver os problemas, ficassem falando que a culpa era do Fundo Monetário Internacional, do FMI, e não governassem o Brasil? Será que assim o Lula teria sido reeleito, a Dilma teria sido eleita? E vai ser reeleita. Não o seria, se ela ficasse jogando a culpa no Obama. Não é verdade, deputado Tony Carlos? Imaginem se o Lula se sentasse lá e falasse que a culpa era do Obama ou do FMI, e não governasse.

Agora, aqui em Minas, não vejo um deputado da base do governo vir aqui dizer: segurança pública, estamos fazendo isso, isso e isso. Não. O deputado da base do governo vem aqui e diz que a culpa é da Dilma de haver drogas lá nas fronteiras, que sabemos que eles fazem plantio de droga na Bolívia e no Paraguai. Aí a Dilma vai falar: “é mesmo, estão plantando droga lá fora, ela entra aqui”. Não dá. Esse chororô tucano ninguém aguenta! E aqui fica o curral dos Neves, como se o problema fosse algo que ninguém pode resolver porque o senador, lá do Rio, fala: “Em Minas ninguém mete a mão. Ali é meu. Eu botei até delegado para prender mosquito da dengue”. Meritocracia. E aqui fica sendo o curral dos Neves.

Eu fiz questão de verificar a Constituição do Estado, porque há deputado que agora se esquece de que segurança pública tem a ver com o Estado. Art. 5º: “Às polícias militares, cabem a polícia ostensiva e a preservação da ordem pública”. Vejam bem, assalto, assassinato, homicídio, latrocínio, roubo. Tem de procurar dar um jeito, não adianta dizer que a culpa é da Dilma, senão, não se governa. É impressionante passar tantos anos que o PSDB está aí e não assumir que a segurança pública no Estado vai mal. Ao não assumir que a segurança pública do Estado vai mal e continuar a dizer que a culpa é da Dilma, ele nem se preocupa em resolver as coisas, pessoal. É isso que estou dizendo.

Concederei aparte a V. Exa., deputado Doutor Wilson Batista.

Nós temos aqui um governo, deputado Tadeu Martins Leite, completamente inoperante. Aliás, não temos governo, temos um comitê eleitoral do Aécio. Então, ao invés de resolver o problema, é preciso dizer que o problema é da oponente do Aécio. É isso que tem acontecido em Minas Gerais, infelizmente. Aqui não há governo, há uma central de reclamações e um comitê do senador Aécio Neves. Ora, tem de resolver o problema de segurança pública. Os índices de Minas são piores do que os de outros estados, até mesmo os daqueles que fazem fronteira com Paraguai e Bolívia. Os índices aqui estão piores. Aqui está havendo mais roubo que em outros Estados, o índice aumentou. São dados concretos apresentados pela segurança pública. Agora, o que este governo vai dizer em relação a isso? A culpa é da Dilma.

Então, para que o PSDB quer governar Minas? Para ficar jogando para os outros a responsabilidade? Ora, governador Anastasia, ora, base do governo, assumam os problemas de Minas, procurem dar solução. Há quanto tempo vocês estão governando Minas para ficar com esse chororô? O povo mineiro já não aguenta isso mais. São assaltos, homicídios, roubos. Isso é porque a polícia militar não está sustentada da forma que deveria estar. Essa é a verdade. Não fiquem passando a bola para os outros não. Eu sei que o Aécio quebrou Minas, mas mesmo com Minas quebrada, o Anastasia foi eleito para governar e não para chorar. É isso que tem de ser dito aqui, na Assembleia Legislativa. Parem com essas coisas. É um nhem-nhem-nhem, um tró-ló-ló, um chororô. Só isso que se faz aqui na Assembleia Legislativa, reclamam e não agem. O povo quer ação. O que vai ser feito em relação à questão de segurança pública pelo governo de Minas? O governador tem de responder isso. Se ele não responde isso, ele não governa. É isso que penso sobre esse tema.

Não quero nem voltar a falar de segurança pública que é até chato. Os dados são óbvios. A população está reclamando que está havendo menos segurança do que havia antes, nas ruas de Belo Horizonte.

Isso acontece porque há falhas. A Polícia Militar não está com o pessoal suficiente e às vezes não tem sequer papel higiênico. Além disso, não tem concurso e há menos gente. Ou não tem? Por que não funciona a assistência técnica, a Emater, no interior? Porque não



há técnico. Não adianta dizer que é por causa da Dilma, da batata, porque não choveu, do não sei o quê, do café, nhem-nhem-nhem. A Emater vai ou não resolver o problema? Chega de nhem-nhem-nhem e chororô. Quantos anos só estão chorando.

O deputado Doutor Wilson Batista (em aparte)\* – Meu caro deputado Rogério Correia, quero agradecer-lhe o aparte e dizer que não é só o governo de Minas quem lamenta hoje o país no qual estamos vivendo, mas também o mundo inteiro. Olhe a revista francesa, uma das principais da França, dizendo: “O mundial do medo”. Alerta a revista francesa no Brasil. A Copa do Mundo será feita no Brasil como um todo. Então, não é só Minas Gerais que está com medo, mas também o Brasil e todo o mundo. Estão estampados na cara de toda a população mundial o medo e a insegurança hoje no Brasil. Não é só o governo de Minas que está preocupado com a segurança no Estado. Minas Gerais e o mundo inteiro estão preocupados com a violência que estamos vivendo hoje no Brasil. A culpa disso não é apenas de um governador, mas também do Estado brasileiro que hoje está realmente sem comando.

Conforme a revista, está estampado mundo afora que onde está escrito “Ordem e progresso” na bandeira brasileira há uma tarja preta com a inscrição “Estado de luto”. O mundo inteiro está vivendo essa preocupação enorme com o Brasil.

O deputado Rogério Correia\* – Deputado Doutor Wilson, desculpe-me interromper V. Exa....

O deputado Doutor Wilson Batista (em aparte)\* – Todos estão...

O deputado Rogério Correia\* - Queria ouvir o que o governo de Minas fará.

O deputado Doutor Wilson Batista (em aparte)\* – O governo de Minas tem cumprido o seu papel.

O deputado Rogério Correia\* – Agora, fazendo chororô para jogar a culpa no capital internacional, não resolveremos.

O deputado Doutor Wilson Batista (em aparte)\* – Deputado Rogério Correia, vocês precisam fazer... Precisamos alertar...

O deputado Rogério Correia\* – Vou conceder aparte ao deputado Paulo Guedes, porque não é possível um deputado do governo mineiro ficar aqui protocolando e não fazer nada. A população na aguenta mais esse lero-lero. O que o governo de Minas fará pela segurança pública? O que melhorará na Polícia Militar? Vocês têm o dever e a obrigação de dizer isso aqui. Concedo aparte ao deputado Paulo Guedes. Não aguento mais chororô do governo. O governo do Estado não faz nada e fica esse chororô falando da Dilma. Quero saber o que o governo de Minas fará pela segurança pública a não ser chorar. Concedo aparte ao deputado Paulo Guedes.

O deputado Paulo Guedes (em aparte)\* – Deputado Rogério Correia, é impressionante como a bancada governista na Assembleia não tem mais o que falar nem como defender por que a segurança em Minas virou vergonha nacional. No Norte de Minas assalta-se uma agência bancária por dia. Todos os dias o mesmo grupo de bandidos assalta uma agência bancária ou dos Correios. Todo santo dia escolhem uma cidade. Não tem policiamento. Está tudo sucateado. Não tem nada. Aliás, não é só a segurança, deputado Rogério Correia. Acabei de receber um telefonema do vereador Rodrigo Cadeirante, de Montes Claros. Desde janeiro a Escola Normal, maior escola estadual de Montes Claros, está sem merenda. Retiraram 60% do pessoal de limpeza do Conservatório Lorenzo Fernandes. Querem escravizar agora duas funcionárias para limparem a escola inteira. Isso é o que está acontecendo lá. Era só para registrar e saber que não é só segurança. Eles quebraram foi de forma generalizada.

O deputado Rogério Correia\* – E a culpa é da Dilma.

O deputado Bonifácio Mourão (em aparte) – Deputado Rogério Correia, qual é o tempo que V. Exa. me concede para o aparte, a fim de não cortá-lo também?

O deputado Rogério Correia\* – V. Exa. pode dizer. Só espero que tenha algo a dizer em favor do governo do Prof. Anastasia.

O deputado Bonifácio Mourão (em aparte) – A minha preocupação é essa. Primeiro, V. Exa. sempre usou essa tribuna para falar mal do senador Aécio Neves e não se referia ao governador Anastasia. Mesmo antes de falar em candidatar-se senador, o governador Anastasia já estava com 70% na pesquisa. Agora V. Exa. já está começando a falar mal dele. Logo, o interesse é visivelmente eleitoral. Isso precisa ficar bem claro, deputado Rogério Correia. Já que V. Exa. diz que é para falar o que fez, é preciso ficar claro que fez, sim, penitenciárias. No início do governo Aécio Neves, havia aproximadamente 5 mil detentos, hoje há em torno de 50 mil.

É lamentável dizer isso, mas é necessário, é preciso prender os bandidos, é preciso prender os traficantes de drogas.

Por falar em drogas, V. Exa. sabe que a raiz dos crimes, em Minas e no Brasil, é a droga. Dos crimes violentos e dos crimes de modo geral, particularmente dos violentos contra a pessoa, 80% tem origem na droga. Onde está a causa da droga? Como a droga entra no Brasil? V. Exa. não quer que fale, mas é preciso esclarecer, isso é a título de esclarecimento. Quem pode impedir que a droga entre no Brasil? Minas Gerais não produz droga, não tem plantio de ervas produtoras de drogas em grande escala, não tem produção de cocaína. Ela vem da Bolívia, da Colômbia, e assim por diante. Onde está, quem poderia fazer alguma coisa nesse sentido?

Para terminar, agradeço a atenção de V. Exa., quero dizer que o problema é nacional, a segurança está descontrolada nacionalmente. Pergunte ao Maranhão, pergunte a São Paulo, pergunte ao Rio de Janeiro, a Brasília, e assim por diante.

O deputado Rogério Correia\* – Agradeço a V. Exa. Só faço um apelo ao nosso governador do Estado: que melhore a segurança pública em Minas. O povo não aguenta mais. Pare de chorar, governador, e melhore a segurança pública de Minas Gerais. Precisamos disso.

\* - Sem revisão do orador.

O deputado Rômulo Viegas\* – Sr. Presidente, deputado Hely Tarquínio, demais deputados e deputadas, essa questão da segurança pública foi discutida aqui várias vezes. Volto ao pronunciamento da semana passada: estados e municípios sem receita, sem recurso público não vão fazer o que tem de ser feito. Não adianta falar aqui que é chororô, não adianta nada. Estamos vivenciando uma realidade em que a União não ajuda em nada estados e municípios.

Vou conceder depois aparte, mas antes gostaria de dizer rapidamente o seguinte: quando vêm aqui criticar Minas Gerais, não aceitam de jeito nenhum que critiquem o Brasil. É como se o Brasil estivesse vivendo no país da Alice, das maravilhas, as maravilhas do PT. Eles não aceitam. Quando falamos aqui, dizem que estamos com chororô, que estamos nervosos, mas isso a mim não afeta porque fui eleito para chegar aqui falar o que quero, o que penso; não ofendo ninguém, mas coloco a minha posição clara e objetivamente.



Hoje escolhi um tema que está na *Folha de S.Paulo*. Vou ler para vocês. A *Folha de S.Paulo* de hoje diz o seguinte: “Torcida elétrica”. A culpa do problema é da Cemig de Minas Gerais, é o que eles dizem. Em tudo, Minas Gerais é culpada. Então vamos lá: “Torcida elétrica. O setor de eletricidade no Brasil segue submetido à ansiedade, na ausência de um planejamento consequente para afastar de vez o risco de apagões, localizados ou não. Até as cidades que sediarão a Copa do Mundo podem...” - a gente torce que não, viu, deputado Inácio Franco, a gente torce que não “...viver surpresas desagradáveis durante o evento.

Na ponta da produção, a energia armazenada nos reservatórios de usinas hidrelétricas ainda suscita desconforto. O nível das represas do Sudeste e do Centro-Oeste, onde se concentram cerca de 70% da capacidade geradora instalada no País, está na marca de 35,5%. Em 2001, ano do grande apagão,...” - quando criticaram Fernando Henrique, quase o mataram - “...o nível fechou fevereiro em 33,5% no Sudeste”. Já está, deputado Inácio Franco, em 35%. “É incerto, agora, que chegue ao final de abril, quando as chuvas passam a escassear, no patamar de 43%, considerado seguro pelo operador nacional do sistema elétrico.

A apreensão quanto à copa se localiza no campo da distribuição...” - não apenas no campo de futebol, mas no campo da distribuição de energia - “...com os atrasos de obras prioritárias para garantir energia nas 12 sedes.” Não estou aqui defendendo o Anastasia, o PSDB ou outra coisa. Estou contando literalmente a história que está acontecendo. “O alerta se encontra...” - vejam que interessante - “...numa nota técnica, divulgada...” - por quem? - “...pela Agência Nacional de Energia Elétrica - Aneel -, no último dia 24.” Agência Nacional de Energia Elétrica, deputado Fabiano. Temos de frisar bem isso, para não parecer que somos nós, os tucanos, que estamos falando. Isso está aqui na nota do jornal: Agência Nacional de Energia Elétrica, dia 24.

“Das 136 obras acordadas entre concessionárias distribuidoras e Aneel, 45 ainda não ficaram prontas.” Isso deveria ter ficado pronto em dezembro do ano passado, mas não ficou.

“Um terço de tudo que estava previsto para construção e instalação, subestações, novas linhas aéreas e subterrâneas, disjuntores está fora do cronograma, nesta altura.” Uma conjuntura pior que a dos anos passados. Um desempenho lamentável de falta, deputado Gustavo Valadares, de planejamento de quem? Do governo federal. Ai vão falar que estamos aqui chorando, que é chororô e tererê. É a realidade do Brasil. O que é feito no Brasil se reflete nos estados, deputado Bonifácio Mourão.

“Os problemas se apresentam em 9 das 12 capitais que receberão jogos. As situações mais preocupantes rondam Porto Alegre, Curitiba e Manaus, cujos estados somam metade das obras atrasadas.

O quadro-resumo preparado...” - por quem, deputado Inácio Franco? - “...pela Aneel provoca calafrios. Algumas ações na Bahia e em Minas Gerais aparecem listadas com conclusão prevista apenas para maio, por assim dizer, na antevéspera do torneio da Copa do Mundo, que terá sobre si os olhos de espectadores do mundo todo.

A nota técnica da Aneel ressalva que a maioria dos atrasos observados não oferece, neste momento, risco à confiabilidade do abastecimento de energia para a Copa, mas exclui dessa avaliação tranquilizadora os casos do Rio Grande do Sul, Paraná e Amazonas.

Num país mais previdente...” - num país que está sendo governado pelo PT há vários anos, deveria haver mais planejamento - “...todas as obras já estariam terminadas. Torcer para que tudo dê certo é para fãs de futebol, não para administradores de serviços públicos.”

O deputado Doutor Wilson Batista (em aparte)\* - Muito obrigado pelo aparte, deputado Rômulo Viegas, porque o deputado que o antecedeu, o deputado Rogério Correia, cortou minha fala. Ele me concedeu o aparte, mas, ao mesmo tempo, cortou a minha fala, porque não é capaz de ouvir as verdades que hoje o povo brasileiro proclama. Ele vive sob a devoção a um partido, santificando o filho do Brasil, santificando a mãe do PAC, que, após quatro anos de gestação, não tem nenhuma obra inaugurada em Minas Gerais. Então não há santo em nenhum governo, muito menos no governo federal. Temos isso estampado no Brasil e no mundo afora.

Eu estava mostrando a ele que a principal revista francesa de futebol estampou o alerta “O mundial do medo”. Um dia de luto em que, na bandeira do Brasil, está estampada uma tarja preta sobre os dizeres “Ordem e Progresso”. Onde está essa ordem no Brasil? Onde está esse progresso no Brasil? Parece que só a mãe do PAC está vendo esse progresso, e diz que irá realizar uma das melhores copas do mundo. Oxalá! Todos nós torcemos para que seja a melhor copa do mundo, mas, até o momento, só ela está enxergando isso, porque o Brasil está em uma situação de insegurança.

São 45 mil homicídios por ano no Brasil, violência que mata mais do que as guerras. É uma epidemia de violência. É a violência gerando violência. É um país que estampa propagandas de país rico, país sem pobreza. O País pode ser rico, o País pode ser sem pobreza, mas o povo ainda vive na pobreza. O povo brasileiro ainda tem milhares de desafios a enfrentar. O povo tem muitos desafios sociais a enfrentar para viver hoje nesse país que tanto propagam na mídia. Enfrentamos grandes problemas. Este é o País onde tudo atrasa e onde nada fica pronto.

V. Exa. estava falando do apagão, e isso é verdade. Com a hidrelétrica de Belo Monte gastaram 30 bilhões, e hoje ela não é capaz de transmitir sua energia por problemas técnicos. Ela produz a energia, mas há incompatibilidade de transmissão. Então, ainda vivemos em um país que pode ter dinheiro, mas cujas pessoas ainda clamam por mudanças, por igualdade e por crescimento verdadeiro.

O deputado Rômulo Viegas\* - Obrigado, deputado Doutor Wilson Batista. Concedo aparte ao nosso grande orador, grande constituinte, deputado Bonifácio Mourão.

O deputado Bonifácio Mourão (em aparte) - Deputado Rômulo Viegas, agradecemos a oportunidade. Na verdade, o deputado Rogério Correia tem razão quando se inflama e se irrita quando falam alguma coisa a respeito da sua presidente do Brasil, Dilma Rousseff.

Vejam o que estão dizendo as manchetes dos jornais brasileiros, o que me foi passado pelo deputado João Leite, que teve outro compromisso e não pode esperar: (- Lê:): “Fundo para presídios desembolsou apenas 18% dos recursos previstos em 2013”. Ai está uma das primeiras razões de a violência crescer tanto no País. “Gastos com cartão corporativo chegaram a 61,8 milhões de reais em 2013.” “Em ano eleitoral, governo Dilma aplica 500 milhões a mais em distribuição de máquinas.” “Governo Dilma bate recordes de gastos em festividades e homenagens.” Aqui estão os números, mas não dá tempo de ler, pois V. Exa. já nos concede com muita gentileza esse aparte, cujo tempo é limitado. “Copa: orçamento de 2014 prevê 360 milhões para ações de segurança.” No entanto, o governo federal está dizendo que vai gastar só com segurança na Copa do Mundo 1,9 bilhões de reais. É a imprensa que está dizendo



isso, não sou eu. “União gastou 2,4 bilhões de reais com diárias e passagens em 2013.” A União, o governo federal. Por isso não se pode falar aqui, deputado Rômulo Viegas, porque estrilam. Não podemos jogar mais uma pedrinha no telhado de vidro senão ele desaba. Não podemos colocar o dedo na ferida senão ela abre toda. É por isso que não se pode falar.

Estão nos pedindo para mostrar as realizações do governo Aécio Neves e do governo Anastasia, mas isso não é possível em um aparte. Talvez não seja possível nem em 1 hora, 2 horas, 3 horas. Nós já precisamos - e eu já tive a oportunidade de fazer isso algumas vezes - falar em resumo alguma coisa de um dos maiores governos da história deste estado, a partir de Aécio Neves e Anastasia. Ninguém tem dúvida disso. E as obras em Minas Gerais em todas as áreas - educação, saúde, segurança, infraestrutura -, em todas as partes do Estado, em todos os 853 municípios testemunham do que estamos falando.

O deputado Rômulo Viegas\* - Muito obrigado. Quem nos assiste observa que não precisamos nos alterar aqui na tribuna nem ficar nervosos nem falar em chororô, em nada. Falamos calmamente, tranquilos, colocando o nosso ponto de vista, sem alterar a voz, não é deputado Gustavo Valadares? Quem nos assiste não é surdo, o pessoal está querendo ver a produtividade da Casa.

O deputado Gustavo Valadares (em aparte)\* - Deputado Rômulo, serei breve, quero apenas deixar um contraponto a um parlamentar que subiu a essa tribuna na tarde de hoje e fez algumas críticas a setores do Estado, criticando os investimentos do governo do Estado nas áreas de educação e segurança pública em especial. Existem dois fatos muito interessantes que precisam ser colocados para que a população mineira possa analisar. O primeiro é que não há uma melhor forma de se avaliar a qualidade do ensino dos estados brasileiros do que o Ideb, um índice obtido por meio de um exame, produzido e colocado em prática pelo governo federal. O estado que tem as melhores notas em todos os níveis da educação no Brasil é o Estado de Minas Gerais. A qualidade do ensino do Estado de Minas Gerais é a melhor do Brasil. E comprovado pelo Ideb, um exame feito pelo Ministério da Educação, ministério do governo federal. Não há como se contrapor a um argumento como esse. Contra fatos não há argumentos.

Segundo, a questão da segurança. É muito simplório discutirmos segurança dizendo que o Estado não investe. Muito pelo contrário, 80% do que se investe em segurança no Estado de Minas Gerais é fruto do caixa estadual. O governo federal pouco ou nada contribui para a segurança pública em nosso estado. Na verdade, o problema da segurança está ligado não aos investimentos, conforme minha visão, mas à base. Os problemas vêm da base. Tudo depende da melhora da educação e da saúde. Mais que isso, hoje os marginais estão nas ruas por causa da certeza da impunidade. É necessário urgentemente termos um presidente da República com coragem para liderar e conduzir o Congresso a uma reforma ampla do Código de Processo Penal e do Código Penal. Temos, por exemplo, de discutir a maioria penal. Essas questões são, na minha opinião, as grandes causas da crescente violência que vivemos no País. Um abraço em V. Exa. e muito obrigado pelo aparte.

O deputado Lafayette de Andrada (em aparte)\* - Meu caro deputado Rômulo Viegas, serei muito breve. Só quero saudar V. Exa. pelas palavras justas e dizer, mais uma vez, ou melhor, sublinhar que o povo mineiro está cansado dessa política do PT, que esqueceu e colocou de lado Minas Gerais. A presidenta Dilma já veio aqui algumas vezes para anunciar obras que nunca se iniciaram de fato. Estamos cansados das promessas dela. Não queremos isso mais. Minas Gerais está cansada de receber em seu solo a candidata Dilma. Queremos receber a presidenta Dilma Rousseff para inaugurar obras concretas e de fato. Chega de tanta mentira do PT ao longo desses últimos 12 anos. Muito obrigado, deputado Rômulo Viegas.

O deputado Rômulo Viegas\* - Muito obrigado, deputado e presidente Hely Tarquínio.

\* - Sem revisão do orador.

O deputado André Quintão\* - Presidente, deputados e deputadas, telespectadores, cidadãos e cidadãs que nos visitam e acompanham os trabalhos da Assembleia nesta tarde.

No mês de novembro, mais precisamente em sua última semana, a Comissão de Participação Popular, em conjunto com a Comissão de Assuntos Municipais, a pedido do presidente da Câmara Municipal de São Sebastião do Paraíso, vereador José Luiz, do PT, realizou audiência pública para tratar de questões relacionadas à prestação de serviços pela Copasa, relativas à política de saneamento em Minas Gerais, particularmente a questões inerentes à água e ao esgoto.

A solicitação partiu da Câmara Municipal de São Sebastião do Paraíso, presidida pelo vereador José Luiz, uma liderança regional emergente e muito responsável. Para nossa surpresa, ao realizarmos a audiência pública, tivemos a presença de municípios de todas as regiões de Minas Gerais. Ficaram sabendo da audiência, que foi uma das mais concorridas e extensas realizada no ano passado pela comissão. Essa audiência se estendeu noite adentro, tendo começado no início da tarde, porque tratava de problemas e situações comuns a vários municípios de Minas Gerais.

Como em breve realizaremos outra reunião para aprovarmos um conjunto de providências, senti-me na obrigação de trazer esses assuntos ao Plenário. Antes de conceder apartes, vou fazer breve resumo das principais questões levantadas. Primeiro, existe em vários municípios de Minas Gerais a cobrança antecipada da coleta e do tratamento de esgoto, sem os serviços estarem adequadamente prestados. O município estabelece o contrato com a Copasa.

A Copasa insere na conta do contribuinte, do cidadão, a cobrança da água e a coleta de esgoto. Na prática, a Copasa não está fazendo esse serviço. Muitas vezes, ela está jogando esgoto em cursos d'água a céu aberto. Isso é muito grave, e queremos um posicionamento da Copasa. Foi-nos apresentado pela Câmara Municipal de Pouso Alegre um vasto relatório relacionado a esse caso, descrevendo minuciosamente o contrato e o não cumprimento do contrato. Além de não executarem o serviço de coleta e de tratamento de esgoto - e a população paga por isso -, quebram contratos. Essa situação também foi levantada.

Outras ações, outras ampliações e outras obras são previstas nos contratos de concessão, e a Copasa as cumpre. Muitas vezes, os municípios querem rever as condições dos contratos e não encontram nenhuma abertura da Copasa para fazer essa revisão. Especialmente quem está nos acompanhando do interior, dos municípios médios e pequenos sabe o que estou dizendo. Muitas vezes, o município não tem condições, por si próprio, de estabelecer um órgão municipal e de assumir completamente o serviço de água e de esgoto. Ele não têm o *know-how*, a experiência e um conjunto de técnicos naquela região.

A Copasa, de fato, é uma empresa estruturada. É óbvio que, depois da abertura de seu capital, da participação privada, houve uma deturpação, no meu entendimento, dos objetivos últimos. Inclusive, quando a Copasa desmembrou a responsabilidade de cobertura de



política de saneamento do semiárido, particularmente do Jequitinhonha, criando a subsidiária Copanor - que é inoperante -, denunciei neste Plenário o que estava ocorrendo ali. A parte que dá lucro para a Copasa fica com a Copasa; para aquela que despense maiores investimentos, cria-se uma subsidiária, precariza-se e se piora o serviço, como, de fato, está acontecendo, principalmente, no Vale do Jequitinhonha. Mas a empresa obviamente tem um *know-how*, tem um acúmulo, tem um corpo técnico, tem um conhecimento e tem estrutura. Assim, o município se vê quase que compelido a estabelecer o contrato de concessão do serviço para a Copasa. Mas, muitas vezes, esse contrato não é devidamente discutido, as condições não são discutidas. Às vezes, as câmaras municipais não têm sequer a exposição completa dos termos do contrato. São contratos draconianos que beneficiam mais a Copasa que o município. Muitas vezes, alguns gestores, de maneira irresponsável, principalmente em época de eleição, trocam pequenas intervenções da Copasa por esses contratos de concessão. Aí, quando entram gestores mais cuidadosos com a coisa pública, querem rever o contrato, fazer o contrato ser cumprido e não conseguem. Isso é muito grave e está fazendo com que a qualidade do serviço de água e esgoto caia em vários municípios mineiros, além de trazer outros problemas.

A Copasa faz intervenções na sua rede, mas não faz a recomposição asfáltica devida. Ela não planeja ação com os prefeitos e com os municípios, o que gera mais dispêndio financeiro para os próprios municípios.

Qualidade da água. O deputado Pompílio Canavez terá aparte daqui a pouco. Há o exemplo de Alfenas. Denunciaram questões relacionadas à qualidade desse serviço de tratamento de esgoto e às taxas exorbitantes.

Alguns municípios até estiveram aqui na audiência: Leandro Ferreira, São Gotardo, Turmalina - onde os vereadores denunciaram que a Copasa está jogando dejetos em córregos a céu aberto -, Pouso Alegre, Buenópolis, Nanuque. A audiência foi pedida pela cidade de São Sebastião do Paraíso, mas espontaneamente vieram pessoas de todo o Estado, ou seja, a Copasa está pisando na bola em toda Minas Gerais. Já subi várias vezes a esta tribuna para denunciar o descaso da Copanor em relação aos municípios do semiárido e fiquei abismado com a quantidade de denúncias sobre o descumprimento de contrato, as taxas abusivas e, o pior, as cobranças ao cidadão de serviços que não são efetivamente prestados. Concedo aparte ao deputado Rogério Correia e depois ao deputado Pompílio Canavez.

O deputado Rogério Correia (em aparte)\* - Deputado André Quintão, V. Exa. traz um outro problema que vivemos em Minas Gerais: a Copasa. Conheço esse problema e sei que V. Exa., há muito, já trata desse assunto. E é um problema real, que precisa ser resolvido. Não há ação do governo do Estado também para a resolução desse problema. É mais um exemplo. Se solicitamos dele uma resposta, não respondem, dizem apenas: “É preciso fazer uma reforma tributária no País, porque é injusta a distribuição feita, tá-tá-tá”. E começa o chororô de novo: “A carga tributária não é justa, Minas recebe menos”. E aí vai o chororô.

Entretanto, eles não miram no assunto quando falamos em saúde, que está com um problema, sem investimento de Minas. A dengue em Minas Gerais teve mais casos que em outros estados. Aí, vem o nhem-nhem-nhem: “O mosquito aqui é diferente, a mosquita é da Dilma, picou a Dilma, nhem-nhem-nhem”. Dizemos que, na área da educação, estão faltando vagas para os alunos, e eles: “Ah, mas não há dinheiro, nhem-nhem-nhem, e a Dilma, nhem-nhem-nhem”. E vem o chororô.

Agora, V. Exa. fala da Copasa. O que irão dizer? “Ah, mas não há dinheiro, pois a Dilma não pôs dinheiro lá.” Ora, então não existe governo em Minas, pois eles não respondem nada. Há quantos anos estão os tucanos sem responder os problemas de Minas e chorando? Para que vão disputar o governo do Estado? Às vezes, pergunto para que o PSDB apresenta candidato ao governo de Minas se não é para enfrentar os problemas. O governo existe para enfrentar os problemas, não é isso? Para que termos um governo se não for para enfrentar os problemas e se for para ficar chorando?

Isso me irrita. Por isso, às vezes, fico nervoso aqui. E eles não gostam que falemos alto. Os tucanos têm problemas nos ouvidos, são cheios de melindres. Ficam com problemas nos ouvidos porque estamos gritando demais. Tucano é assim, cheio das coisas. Na gíria dos meninos, são os “coxinhas”. Não se pode falar alto em seus ouvidos. Os “coxinhas” têm nojo do PMDB. Na verdade, os “coxinhas” têm nojo de outra coisa: do povo. Mas é assim. Então, não resolvem os problemas.

V. Exa. fala da Copasa, mas não terá resposta, a não ser a de sempre: não há dinheiro porque, segundo eles, a Dilma não distribuiu o dinheiro. Mas lembro que a Copasa é paga, ou seja, o povo paga pelos serviços, portanto deveria haver dinheiro para isso. Quero concordar com V. Exa. e dizer que será mais um motivo para começarem o chororô.

O deputado André Quintão\* - E, deputado Rogério Correia, na parte final, no encerramento, obviamente, fazemos o diagnóstico e, dentro desse tempo curto, listamos as providências. Uma das que solicitamos é que a Associação Mineira dos Municípios e a Secretaria de Desenvolvimento Regional e Política Urbana - Sedru - constituam um espaço de orientação, capacitação e trabalho conjunto com os municípios no momento de formulação desses contratos de concessão com a Copasa. Temos amigos na AMM - até o nosso presidente -, mas lembro que essa associação reúne aqui os prefeitos, faz camisas, fez o Dia do Basta, mas não cuida dos municípios que têm contrato com a Copasa. Basta do descumprimento dos contratos pela Copasa; basta de o cidadão pagar para o esgoto ser recolhido e tratado, mas não ser recolhido, ou ser recolhido, mas jogado no curso d'água, prejudicando nossas microbacias, nosso meio ambiente, nossas nascentes. Queremos uma proatividade maior, e este é um assunto estadual. A Copasa estabelece os contratos.

Concedo aparte ao nosso querido deputado Pompílio Canavez, que participou e foi um dos coautores da audiência pública.

O deputado Pompílio Canavez (em aparte) - Obrigado, presidente. Deputado André Quintão, de fato, a audiência foi notável, tendo em vista a participação de todos. A iniciativa foi do pessoal de São Sebastião do Paraíso, mas percebemos que esse problema era geral, ou seja, comum em todo o Estado. Contamos com a participação de vereadores de todas as regiões. A cantilena era a mesma: não havia a efetiva prestação do serviço. Durante a audiência, reforcei o que sempre digo: a Arsae, agência reguladora de saneamento, tem como atribuição proceder à revisão tarifária. O que se paga pelo tratamento do esgoto chega a 90% do que se paga pela água, que está cara em Minas Gerais. Ninguém sabe quanto custa realmente 1 litro de água que sai da torneira. Não há estudos a respeito disso.

Então, aproveito este aparte que V. Exa. me concede para novamente fazer esta consideração: por força de lei aprovada nesta Casa, a agência de saneamento deve proceder a uma revisão tarifária de forma que o preço que o mineiro paga pela água seja justo, assim



como o preço pelo tratamento do esgoto. Fundamentalmente, os mineiros não podem continuar pagando por um serviço que não estão recebendo, como acontece na maioria dos municípios mineiros. Obrigado pela oportunidade.

O deputado André Quintão\* - Muito obrigado, deputado Pompílio. Conto com a sensibilidade do presidente para concluir, abordando exatamente a linha das alternativas. O deputado Pompílio já mencionou uma delas, que é fundamental. Esta Casa tem feito a sua parte aprovando projetos que fortalecem a estrutura da Arsae, agência reguladora de saneamento, para averiguar o cumprimento dos contratos, inclusive. Não é justo um município ser penalizado por um contrato não executado pela Copasa. Estamos falando de coleta e tratamento de esgoto, que é uma questão básica.

A segunda providência seria o Estado, através da Sedru, juntamente à AMM, criar uma força-tarefa para orientar os municípios. Muitas vezes os contratos são feitos sem nenhum conhecimento técnico. Eles não servem aos cidadãos.

Por fim, é necessária a atenção das câmaras municipais para que não caiam nessa “engalobação” de curto prazo. Às vezes, a Copasa faz um contrato de 25 anos, ganha o mercado - porque hoje é uma empresa que possui acionista privado - e trata o município... Há outro aspecto grave, deputado Fabiano. No mesmo município, a Copasa se manifesta assim: “Essa parte eu quero atender. Essa parte eu não quero atender”. Onde há maior concentração de pessoas, a instalação de rede é mais barata, o que significa lucro; onde os lugares são mais distantes, a logística é mais complexa, o que não indica lucro. Então, ela está fatiando municípios no estabelecimento de metas e, às vezes, passa um melzinho no desejo do prefeito de ter uma ponte, uma praça, uma fonte luminosa, um calçamento, e, como ele não dispõe de recursos, faz um contrato de 20, 30 anos em troca de nada, e depois a Copasa não tem nenhum compromisso em cumpri-lo.

Portanto, presidente, quero dizer que a audiência foi muito produtiva. Aprovaremos vários requerimentos agora. Mais uma vez, agradeço ao vereador José Luiz Correa, presidente da Câmara Municipal de São Sebastião do Paraíso, a sugestão da audiência. Foi ele quem sugeriu a primeira audiência que realizamos, deputado Fabiano, quando V. Exa. ainda estava na câmara de Divinópolis, para discutir sobre a PPP da MG-050, a cobrança abusiva de pedágio sem a contrapartida de obras. Parabênzo a câmara de São Sebastião do Paraíso e todas as câmaras municipais que participaram do encontro. Espero que, como uma empresa de *know-how* e de história, a Copasa seja mais atenta, equilibrada e responsável no cumprimento dos contratos com a população de Minas. Muito obrigado pela oportunidade de concluir nosso pronunciamento, presidente.

\* - Sem revisão do orador.



## MATÉRIA ADMINISTRATIVA

### ATOS DA MESA DA ASSEMBLEIA

Na data de 17/3/2014, o Sr. Presidente, nos termos do inciso VI, do art. 79, da Resolução nº 5.176, de 6/11/97, e nos termos das Resoluções nºs 5.100, de 29/6/91, 5.179, de 23/12/97, e 5.203, de 19/3/02, c/c a Deliberação da Mesa nº 2.541, de 6/8/2012, assinou os seguintes atos relativos a cargos em comissão de recrutamento amplo do Quadro de Pessoal desta Secretaria:

#### **Gabinete da Deputada Liza Prado**

nomeando Alexandre Teodoro Melo para o cargo de Atendente de Gabinete II, padrão VL-23, 4 horas;

nomeando Tais Sales dos Santos para o cargo de Atendente de Gabinete II, padrão VL-23, 4 horas.

#### **Gabinete do Deputado Tiago Ulisses**

exonerando Alberto de Oliveira Neto do cargo de Auxiliar Técnico Executivo, padrão VL-50, 8 horas;

exonerando Fortunato Francisco de Aquino do cargo de Auxiliar Técnico Executivo, padrão VL-50, 8 horas;

exonerando Geni Mendonça Domingos do cargo de Agente de Serviços de Gabinete I, padrão VL-18, 4 horas;

exonerando Janet Cury do cargo de Atendente de Gabinete, padrão VL-21, 8 horas;

nomeando Alberto de Oliveira Neto para o cargo de Auxiliar Técnico Executivo I, padrão VL-51, 8 horas;

nomeando Fortunato Francisco de Aquino para o cargo de Supervisor de Gabinete, padrão VL-41, 8 horas;

nomeando Judas Tadeu da Silva Araújo para o cargo de Assistente de Gabinete II, padrão VL-41, 8 horas.

Nos termos das Resoluções nº 5.100, de 29/6/91, 5.130, de 4/5/93, 5.179, de 23/12/97, e 5.305, de 22/6/07, e das Deliberações da Mesa nºs 867, de 13/5/93, 2.541, de 6/8/2012, assinou os seguintes atos relativos a cargos em comissão de recrutamento amplo:

exonerando Rodrigo Chiodi da Silva do cargo de Secretário de Gabinete II, padrão VL-36, 8 horas, com exercício no Gabinete da Liderança do Bloco Minas Sem Censura;

nomeando Adriana Cristina do Carmo para o cargo de Secretário de Gabinete II, padrão VL-36, 8 horas, com exercício no Gabinete da Liderança do Bloco Minas Sem Censura;

nomeando Janet Cury para o cargo de Auxiliar de Gabinete, padrão VL-29, 8 horas, com exercício no Gabinete da Liderança do Bloco Avanço Minas.



**AVISO DE LICITAÇÃO**

**PREGÃO ELETRÔNICO Nº 12/2014**

**NÚMERO DO PROCESSO NO PORTAL DE COMPRAS: 1011014 32/2014**

A Assembleia Legislativa do Estado de Minas Gerais torna público que fará realizar em 31/3/2014, às 10h30min, pregão eletrônico do tipo menor preço, através da internet, tendo por finalidade a aquisição de vacinas influenza inativadas trivalentes.

O edital se encontra à disposição dos interessados nos *sites* [www.compras.mg.gov.br](http://www.compras.mg.gov.br) e [www.almg.gov.br](http://www.almg.gov.br), bem como na Gerência de Compras, na Rua Martim de Carvalho, nº 94, 5º andar, Bairro Santo Agostinho, Belo Horizonte, onde poderá ser retirado, das 8h30min às 17h30min, mediante pagamento da importância de R\$0,10 por folha. Caso os interessados preferam, poderão solicitar cópia eletrônica gratuita do edital, desde que portem mídia própria.

Belo Horizonte, 17 de março de 2014.

Eduardo Vieira Moreira, diretor-geral.

**TERMO DE CONTRATO CTO/11/2014**

Contratante: Assembleia Legislativa do Estado de Minas Gerais. Contratada: R.S. Brasil Comercial Ltda. EPP. Objeto: aquisição de 600.00 folhas de etiquetas autoadesivas brancas, para uso em copiadoras. Vigência: 12 meses a partir da assinatura. Licitação: Pregão Eletrônico nº 094/2013. Dotação orçamentária: 1011-01-122.701-2009-3.3.90-10.1.



**ERRATA**

**ATA DA 15ª REUNIÃO ORDINÁRIA DA 4ª SESSÃO LEGISLATIVA ORDINÁRIA DA 17ª LEGISLATURA, EM 13/3/2014**

Na publicação da matéria em epígrafe, na edição de 15/3/2014, na pág. 6, sob o título “Interrupção dos Trabalhos Ordinários”, onde se lê:

“- A ata dessa solenidade será publicada em outra edição.”, leia-se:

“- A ata dessa solenidade é a publicada nesta edição.”.